



# DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE JUNHO DE 2005

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex. <sup>mos</sup> Srs. Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Fernando Santos Pereira  
Abel Lima Baptista  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

A Assembleia aprovou sete pareceres da Comissão de Ética autorizando diversos Deputados do PS a depor em tribunal na qualidade de testemunha.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 109/X e do projecto de resolução n.º 41/X.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento, procedeu-se ao debate de interesse relevante sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, tendo o mesmo sido aberto com a apresentação do relatório da Comissão de Orçamento e Finanças pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Coutinho (PS). Depois, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e das Finanças (Luís Campos e Cunha), os Srs. Deputados Duarte Pacheco (PSD), Maximiano Martins (PS), Francisco Louçã (BE), Honório Novo (PCP), Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), José Manuel Ribeiro

(PSD), João Teixeira Lopes (BE), Miguel Frasquilho (PSD), Guilherme d'Oliveira Martins (PS), Mariana Aiveca (BE), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) e Vítor Baptista (PS).

No encerramento do debate proferiram intervenções os Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Hugo Velosa (PSD) e Maximiano Martins (PS) e o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

Merceceu aprovação, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/X — Segunda alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 44/2004, de 3 de Março, que estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, de Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes (ALRAA).

Igualmente na generalidade, foram aprovados os projectos de lei n.º 70/X — Difusão da música portuguesa na rádio (PS),

85/X — Alterações à Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro (Lei da Rádio) (CDS-PP), 88/X — Altera a Lei da Rádio, aprovada pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, promovendo a difusão radiofónica da música portuguesa (BE), 94/X — Altera a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, (Lei da Rádio) (PSD) e 97/X — Adota medidas de apoio à produção e à radiodifusão da música portuguesa (PCP).

Ainda na generalidade, foram aprovados a proposta de lei n.º 8/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção e os projectos de lei n.<sup>os</sup> 14/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção e respectivo regulamento,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e institui o rendimento mínimo garantido, repondo os princípios de justiça social e solidariedade para com os mais desfavorecidos (BE) e 96/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o Rendimento Social de Inserção (PCP).

Foi também aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à assunção de mandato de um Deputado do CDS-PP.

Entretanto, no decorrer da sessão, procedeu-se à eleição de um membro para a Comissão Nacional de Protecção de Dados e de três outros para a Comissão Consultiva do Instituto do Ambiente.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves  
Alberto de Sousa Martins  
Alberto Marques Antunes  
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto  
António Alves Marques Júnior  
António Bento da Silva Galamba  
António José Ceia da Silva  
António Ramos Preto  
António Ribeiro Gameiro  
Armando França Rodrigues Alves  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Carlos Alberto David dos Santos Lopes  
Carlos Cardoso Lage  
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Elídio da Costa Amorim  
Fernanda Maria Pereira Asseiceira  
Fernando dos Santos Cabral  
Glória Maria da Silva Araújo  
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins  
Horácio André Antunes  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida  
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge  
Jacinto Serrão de Freitas  
Jaime José Matos da Gama  
João Cândido da Rocha Bernardo  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
Joaquim Barbosa Ferreira Couto  
Joaquim Ventura Leite  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Jorge Manuel Monteiro de Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Luís Pereira Carneiro  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Garcia Braga da Cruz  
Luís Manuel de Carvalho Carito  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Luiz Manuel Fagundes Duarte

Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel Luís Gomes Vaz  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Marcos Sá Rodrigues  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Cidália Bastos Faustino  
Maria Cristina Vicente Pires Granada  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Fátima Oliveira Pimenta  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues  
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
Maria Odete da Conceição João  
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Miguel João Pisoero de Freitas  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paula Cristina Nobre de Deus  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Renato Luís Pereira Leal  
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui António Ferreira da Cunha  
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes  
Teresa Maria Neto Venda  
Victor Manuel Bento Baptista  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Joaquim Almeida Henriques  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Carlos Alberto Garcia Poço  
Carlos Alberto Pinto  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos Jorge Martins Pereira  
Carlos Manuel de Andrade Miranda  
Domingos Duarte Lima  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Emídio Guerreiro  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando dos Santos Antunes

Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
Jaime Carlos Marta Soares  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
Jorge José Varanda Pereira  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
José António Freire Antunes  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Manuel Amaral Lopes  
José Manuel de Matos Correia  
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
José Manuel Marques de Matos Rosa  
José Manuel Pereira da Costa  
José Mendes Bota  
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Luís Filipe Carloto Marques  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Miguel Pais Antunes  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Marco António Ribeiro dos Santos Costa  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
Mário Henrique de Almeida Santos David  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Pedro Quartin Graça Simão José  
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos  
Sérgio André da Costa Vieira  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes  
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Francisco José de Almeida Lopes  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

João Rodrigo Pinho de Almeida  
José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
José Paulo Ferreira Areia de Carvalho  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo  
Ana Isabel Drago Lobato  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Helena Maria Moura Pinto  
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoim Madeira Lopes  
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, hoje, durante a sessão, vão decorrer as eleições de um membro para a Comissão Nacional de Protecção de Dados e de três membros para a Comissão Consultiva do Instituto do Ambiente.

A Sr.<sup>a</sup> Secretaria vai dar conta de vários relatórios e pareceres da Comissão de Ética, bem como da entrada na Mesa de alguns diplomas.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Leiria, 1.º Juízo de Competência Criminal, Processo n.º 54/01.2, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira (PS) a prestar declarações, por escrito, como arguida, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Tribunal de Instrução Criminal do Porto, 3.º Juízo, Processo n.º 2295/04.1, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Marcos Perestrello (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial do Funchal, 1.º Juízo Criminal, Processo n.º 804/05.8, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) a prestar depoimento por escrito, como autor, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Ministério Público, Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, 2.ª Secção, Inquérito n.º 14035/03.8, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Ministério Público, Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, 2.<sup>a</sup> Secção, Inquérito n.<sup>º</sup> 14036/03.6, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Ministério Público, Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, 2.<sup>a</sup> Secção, Inquérito n.<sup>º</sup> 14034/03.0, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — De acordo com o solicitado pelo Ministério Público, Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, 2.<sup>a</sup> Secção, Inquérito n.<sup>º</sup> 15749/03.8, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS) a prestar depoimento por escrito, como ofendido/assistente, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, o projecto de lei n.<sup>º</sup> 109/X — Altera a lei do videograma, aprovada pelo Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 39/88, de 6 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 350/93, de 7 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 121/2004, de 21 de Maio (BE), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão, e o projecto de resolução n.<sup>º</sup> 41/X — Sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2009 (PS).

E tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a nossa ordem do dia de hoje, que é preenchida com o debate de interesse relevante sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, ao abrigo do n.<sup>º</sup> 2 do artigo 77.<sup>º</sup> do Regimento.

Nos termos regimentais, para dar início ao debate tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Coutinho, como relatora da Comissão de Orçamento e Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> **Leonor Coutinho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo discute, hoje, com a Assembleia da República, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Os programas de estabilidade e crescimento foram criados na sequência da introdução da moeda única e são apresentados pelos Estados-membros em Dezembro de cada ano. Destinam-se, essencialmente, a transmitir informação económica relevante para apreciar a evolução plurianual previsível do deficit e da dívida.

A apresentação tardia do Programa deveu-se à realização de eleições legislativas — não existiram condições políticas para a sua apresentação no final de 2004.

Nos anos anteriores, os governos apenas informavam a Assembleia da República do conteúdo destes documentos, geralmente *a posteriori* da sua apresentação em Bruxelas.

A revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, publicada em Agosto de 2004, veio alterar esse procedimento e estabelece, no seu artigo 61.<sup>º</sup>, que o Governo submete à apreciação da Assembleia da República a revisão anual do PEC.

A Assembleia deve proceder à sua apreciação no prazo de 10 dias úteis e o Governo deve enviar a revisão final do Programa, antes de o entregar definitivamente ao Conselho e à Comissão.

É, pois, a primeira vez que se dá forma ao novo procedimento, de acordo com a nova Lei de Enquadramento Orçamental.

É igualmente relevante o facto de a actual revisão do PEC ocorrer na sequência da apresentação do relatório para análise da situação orçamental, elaborado pela comissão independente, nomeada para o efeito pelo Despacho n.<sup>º</sup> 7696, de 12 de Abril de 2005. Este relatório foi apresentado, no dia 31 de Maio, à Comissão de Orçamento e Finanças pelo Governador do Banco de Portugal.

As suas conclusões e, em particular, as estimativas de forte deterioração das contas do Estado levaram o Governo a apresentar não só medidas de carácter estrutural para conter a expansão da despesa mas também medidas com efeito a curto prazo.

Dada a dimensão do défice e a debilidade da situação económica e social em Portugal, a estratégia deverá ser prosseguida de modo gradual: tem em vista os objectivos essenciais de crescimento económico e de criação de emprego e pretende retomar a convergência com a média europeia e alcançar um crescimento do PIB de 3% em 2009.

O Governo visa compatibilizar um apertado controlo do crescimento da despesa com pessoal com o objectivo de melhoria significativa da qualidade dos serviços públicos.

Utilizando o método proposto pelos serviços da Comissão, verifica-se que a melhoria no indicador de saldo subjacente ultrapassa todos os anos o esforço anual mínimo recomendado de 0,5 pontos percentuais, com excepção do ano já em curso.

Na estratégia proposta a esta Assembleia, o Governo pretende prosseguir a consolidação orçamental «sem recurso a expedientes contabilísticos», pelo que se afirma empenhado em aumentar a transparéncia das contas públicas, considerando que essa transparéncia é um factor importante de credibilização e mobilização da sociedade portuguesa para o esforço que é necessário prosseguir.

Neste contexto, assumem a maior importância a consolidação e a disponibilização de informação estatística completa, fiável e atempada que tanto a Assembleia como o Tribunal de Contas têm vindo a reclamar.

Para o efeito, consideram-se fundamentais a rápida implementação do Plano Oficial de Contas Público (POCP) assim como um sistema de validação das contas por uma entidade independente.

É nesse contexto de melhoria sensível da qualidade da informação que a Comissão de Orçamento e Finanças tem vindo a perspectivar a necessidade de um reforço da sua capacidade técnica de acompanhamento e análise da execução orçamental.

A Comissão de Orçamento e Finanças deliberou que o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 se encontra em condições regimentais e constitucionais de ser discutido no Plenário da Assembleia da República, reservando os grupos parlamentares as suas posições sobre a matéria em apreço.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Luís Campos e Cunha): — Sr. Presidente, Srs.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A credibilidade do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2009 ganha-se agora! Em jogo estão as baixas taxas de juro, o crescimento da economia e os empregos que os portugueses ambicionam.

A credibilidade ganha-se com medidas que mostrem aos portugueses, à União Europeia e aos investidores internacionais que este Governo se recusa a viver com um défice de 6,8% do PIB.

As medidas aprovadas e já anunciadas pelo Sr. Primeiro-Ministro nesta Assembleia representam isso mesmo: um pacote responsável, ambicioso e corajoso de políticas para a redução estrutural do défice público.

O Programa hoje em discussão define o enquadramento plurianual da política orçamental para a Legislatura.

Neste Programa iremos prosseguir uma política exigente de consolidação orçamental. Face ao valor de partida da «Comissão Constâncio», trata-se de reduzir o défice em 5000 milhões de euros, sem recursos a expedientes contabilísticos que iriam apenas criar uma ilusão de rigor e agravar, de facto, o problema orçamental nos anos seguintes.

A estratégia de consolidação assenta em cinco linhas de força: primeira, reforçar a Administração Pública e a gestão dos recursos humanos; segunda, promover a sustentabilidade da segurança social; terceira, melhorar a qualidade da despesa pública e da utilização das infra-estruturas; quarta, simplificar e moralizar o sistema fiscal e combater a fraude e a evasão fiscais; quinta, prosseguir uma política de privatizações que reduza a dívida pública e favoreça o crescimento económico.

Mais do que elencar as medidas já conhecidas por todos, gostaria de aproveitar esta intervenção para levantar três questões.

Primeira questão: porquê medidas de redução da despesa corrente primária?

É verdade que uma parte significativa das medidas procura conter o crescimento insustentável da despesa corrente com pessoal e com transferências para as famílias. Por um lado, esse é o cerne do problema da despesa pública. Por outro, é hoje consensual que uma consolidação orçamental duradoura e sustentável deve assentar na redução da despesa.

Nos últimos 15 anos, a despesa corrente primária subiu de 28,2% para 40,8% do PIB, em 2004 — mais de 12 pontos percentuais do PIB. Enquanto isso, a generalidade dos nossos parceiros da área do euro aproveitou para reduzir o peso destas despesas.

Nesse período, as despesas com pessoal aumentaram 13,5 pontos percentuais do produto, atingindo hoje 15% do PIB — o valor mais elevado da zona euro.

Por sua vez, no mesmo período de 15 anos, o peso das transferências correntes para as famílias subiu de 6,5 pontos percentuais do produto, atingindo 17,9% do PIB em 2004.

Hoje, o conjunto das duas rubricas equivale a mais de 80% da despesa corrente primária e quase 90% de todos os impostos e contribuições pagos pelos portugueses. Isto significa, basicamente, que por cada 10 euros pagos pelos contribuintes cerca de nove são gastos em despesas com pessoal e transferências correntes.

É inevitável conter esta despesa e, infelizmente, não há alternativa. Isto não implica que o Governo perca de vista o objectivo de promoção da justiça social, como fica bem claro no nosso Programa.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Segunda questão: porquê o aumento dos impostos? Há uma frase que repito em todos os meus discursos enquanto Ministro das Finanças: no horizonte desta Legislatura não é realista pensar que se pode reduzir o défice sem um significativo aumento da receita fiscal. De facto, o Programa de Estabilidade e Crescimento prevê uma subida do peso das receitas fiscais e das contribuições sociais de 37,5% para 39,7% do PIB, entre 2005 e 2009. Contudo, este aumento da carga fiscal não é sempre sinónimo de aumento dos impostos. É importante frisar que mais de um terço do aumento das receitas fiscais provém do fim de benefícios injustificados e, sobretudo, da luta contra a fraude e a evasão fiscais. Outra parte substancial vem do aumento da taxa normal do IVA, gerando as receitas necessárias para a segurança social e para a Caixa Geral de Aposentações.

Apesar de tudo isto, o esforço de consolidação assenta na redução da despesa corrente primária. As receitas correntes aumentam 1,9% do PIB, enquanto aquelas despesas caem 2,5% do PIB.

Terceira questão: então porquê reduzir o défice? Quero começar por salientar que a sustentabilidade das finanças públicas não é uma questão ideológica.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Questões ideológicas são a dimensão e as funções do Estado, o papel do Estado na economia, na saúde ou na educação. A sustentabilidade das finanças públicas apenas significa que o que o Estado gasta tem de ser pago — e, em última instância, com impostos. Isto é verdade em qualquer país, em qualquer momento e em qualquer regime.

Por isso, acabou o tempo das hesitações e dos truques contabilísticos. Caso contrário, as consequências desagradáveis não deixarão de se fazer sentir ou num ajustamento adiado, que será um ajustamento socialmente muito mais penoso, ou na incapacidade futura de assegurar os mecanismos de protecção social e algumas funções básicas do Estado.

Quanto mais adiarmos a redução do défice mais violenta e inevitável esta será, e estaríamos apenas a comprometer seriamente o futuro da economia e do Estado social.

Tenho repetido que o equilíbrio das contas públicas é uma condição necessária, embora não suficiente, para o crescimento da economia portuguesa.

*Aplausos do PS.*

Este Programa não é só de estabilidade, é também de crescimento. A política económica do Governo não se esgota na consolidação orçamental. Por isso, o esforço de investimento público na sua componente não comparticipada subirá 15%/ano ao longo da Legislatura.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, apresentamos uma estratégia de consolidação para três anos. Mais importante e pela primeira vez num programa deste tipo, temos preocupações explícitas com os mais pobres e com a coesão social.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: Com este Programa conseguiremos voltar a ganhar a credibilidade agora em dúvida. Além disso, ganha-se mostrando a todos que temos a coragem para iniciar, desde já, a redução do défice, não concentrando o esforço no final da Legislatura.

Pelo contrário, o esforço de redução do défice deve ser concentrado nos primeiros anos por três ordens de razões: porque os compromissos internacionais assim o exigem; porque as reformas estruturais do lado da despesa levam algum tempo e implementar e a produzir efeitos significativos; e porque é preciso travar a dinâmica insustentável da dívida pública. De facto, a dívida pública subiu de um mínimo de 53% do PIB, em 2000, para um valor estimado de 67%, em 2005.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Essa é que é a verdade!

**O Orador:** — Se nada fosse feito para travar este crescimento, os mercados financeiros exigiriam um prémio de risco crescente para financiar a República, o que agravaría ainda mais a dívida e os juros pagos pelas famílias e pelas empresas portuguesas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Pelo que foi dito na apreciação na generalidade deste Programa de Estabilidade e Crescimento, deveria merecer um apoio de uma vasta maioria da Assembleia. Com este Programa, quando chegarmos a 2009, o emprego terá aumentado, a economia portuguesa será mais competitiva, a convergência real foi retomada e, mais importante, o Estado estará mais forte e a protecção dos mais fracos sairá reforçada.

*Applausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, inscreveram-se os Srs. Deputados Duarte Pacheco, Maximiano Martins, Francisco Louçã, Honório Novo, Álvaro Castello-Branco, Heloísa Apolónia, José Manuel Ribeiro e João Teixeira Lopes.

O Sr. Ministro já informou que responderá a grupos de quatro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

**O Sr. Duarte Pacheco (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que a situação das finanças públicas é grave não é novidade para esta bancada. Dissemos-lo repetidamente, mas percebo a necessidade de o senhor o reafirmar para convencer alguns socialistas que não acreditavam nisso até há bem pouco tempo...

**O Sr. Herminio Loureiro (PSD):** — Bem lembrado!

**O Orador:** — E o maior exemplo de que há muitos que não acreditavam é que o próprio Primeiro-Ministro não acreditava!

Recordo-lhe que, aqui, no primeiro debate mensal com o Sr. Primeiro-Ministro, o Líder do Partido Social-Democrata, Dr. Marques Mendes, mostrou a disponibilidade deste partido para fechar um pacto de regime com o Governo para que fosse possível resolver o problema das contas públicas portuguesas. O Governo e o Sr. Primeiro-Ministro recusaram. Lamentável, é o mínimo que se pode dizer!!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E vivemos nos últimos tempos toda uma encenação acerca de um défice virtual. Um défice que, porventura, existia se Portugal não tivesse governo, se Portugal não tivesse este ou outro governo, ou então tivesse um governo irresponsável, que visse a despesa crescer sem que tomasse medidas. Percebemos que poderia ser verdade porque os senhores demoraram três meses até, finalmente, constatarem o problema e começarem a governar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Ministro, se esta encenação é importante para preparar os portugueses, porventura terá sido mais importante, como se tem visto recentemente, para convencer os próprios socialistas, que teriam de tomar estas medidas porque o exemplo da outra governação socialista, do Eng.<sup>º</sup> Guterres, foi o desperdício, como diz o Governador do Banco de Portugal, de uma situação favorável para reduzir as contas públicas, aumentando, em vez disso, a despesa. Tiveram de fazer esta encenação para se convencerem a vós próprios!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Ministro, gostaria de colocar-lhe algumas questões em relação ao PEC. Em primeiro lugar, consideram um cenário idílico — um cenário de crescimento! Mas não está previsto em lado algum, por exemplo, o impacto negativo das medidas fiscais que recentemente anunciaram.

Em segundo lugar, não está referenciada em lado algum a revisão em alta do PIB em termos estatísticos. Só essa revisão fará crescer o produto em cerca de 0,3% ou, melhor, fará com que o défice cresça, só por causa disso, 0,3%.

Se assim for, o esforço que os senhores dizem que vão fazer não corresponde à realidade, limitando-se a ser somente metade daquilo que anunciaram.

Em terceiro lugar, a consolidação dá-se pelo lado da receita. Os senhores continuam a aumentar os

impostos, a fazer agravamentos extraordinários dos impostos, até 2009, em vez de lutarem para contenrem a despesa, em vez de aproveitarem esta oportunidade não para fazer ataques aos funcionários públicos mas para equacionarem a dimensão do Estado, para verem quais são as suas funções e onde é que pode haver um «emagrecimento». Infelizmente, nada disso é aqui apontado, limitando-se a atacar directamente os funcionários públicos.

Sr. Ministro, tem aqui uma oportunidade de provar que não é assim até ao fim do presente ano.

Afinal, quais os ministérios que vão ser auditados? Independentemente disso, o senhor não tem sequer uma ideia de quais os serviços que vão ser encerrados?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a crise orçamental expressa no défice persistente, no aumento da dívida pública ou em qualquer outro indicador coloca vários problemas a um país como Portugal, que é membro de uma união económica monetária e que não dispõe dos instrumentos clássicos da política cambial e monetária.

Evidentemente, apesar de colocar vários problemas, neste momento, gostaria de relevar a questão da credibilidade do País e das suas políticas. O PEC e as medidas do Governo já estão a ser avaliados do ponto de vista da sua credibilidade pelos mercados financeiros, pelas empresas de *rating* e pelas instituições da União Europeia, em particular, das instituições ligadas ao euro.

Sr. Ministro, decorrente das reuniões que teve recentemente no âmbito do Conselho ECOFIN, que receptividade encontrou do ponto de vista da credibilidade daquilo que é proposto pelo Governo português? Como avalia as posições das empresas de *rating*, algumas tornadas públicas recentemente, em relação a estas medidas?

Este PEC coloca também a questão do crescimento económico, da criação do emprego e não apenas o problema da estabilidade ou, melhor, coloca o problema da estabilidade na sua natureza instrumental e não como um fim em si mesmo. Sem crescimento económico não haverá criação de empregos e muito dificilmente haverá correcção do défice orçamental.

Cumpre-me, então, perguntar: como vê o Sr. Ministro a questão do crescimento e do emprego e a compatibilização, de que muitas pessoas falam nos meios de comunicação social e na opinião pública em geral, com a promessa eleitoral dos 150 000 empregos? Esta é uma boa oportunidade para colocar também essa questão.

Sr. Ministro, gostaria ainda de colocar-lhe uma questão que tem a ver com a opção que foi tomada pelo Governo, ou seja, dizer do ponto de vista político o que me parece uma evidência do ponto de vista técnico. Qualquer conjunto de políticas que levem à saída de uma crise como esta e à redução de um défice da ordem daquele que o País enfrenta tem efeitos recessivos sobre a economia. Parece-me claro como Deputado, mas também como economista, que a opção que o Governo tomou não é opção que gere efeitos recessivos mais pronunciados entre todas as outras de que dispunha, uma das quais era nada fazer, ela própria geradora de efeitos recessivos sobre a economia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, o Sr. Ministro chega a este debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento numa situação surpreendente. Existe um enorme desconforto público, alguma incerteza e muita hesitação sobre estas medidas e o seu impacto. Há, no entanto, um grande apoio entre tantas luminárias do pensamento da direita em relação às medidas que tem vindo a sugerir. Cavaco Silva, Mira Amaral e António Borges são disso exemplo, multiplicando-se em palavras confortáveis quanto a este Programa.

Sr. Ministro, quero colocar-lhe uma questão — uma só! — sobre a evolução da dívida pública, porque creio que, nesta fase do debate, ganharíamos em que as suas intenções ficasse esclarecidas. Diz-nos — e é certo — que, em 2000, o rácio da dívida pública era 53% do Produto, que agora andará à volta dos 65% e que prevê que, nos próximos dois anos, ainda vai aumentar até cerca de 68%, o que é consequência natural do grande défice que vamos ter este ano e ainda no próximo. Estes números não oferecem dúvidas e percebe-se bem de onde vêm.

Mas, em contrapartida, diz-nos que vai reduzir o peso da dívida pública no Produto, a partir de 2007 e até 2009, pagando cerca de 5000 milhões de euros da dívida pública, cerca de 3% do Produto. Ora, a questão é saber como.

É que o Governo diz-nos que vai aumentar até mais de 80% a parte das privatizações afecta ao pagamento da dívida pública — até aí, todo o Programa é muito claro.

O que, no entanto, não nos diz é qual vai ser, nestes quatro anos, o seu programa de privatizações e

creio que seria muito importante que o fizesse. Não estou à espera que este Governo anuncie a privatização da Caixa-Geral de Depósitos, o que seria um erro estratégico gravíssimo,...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — ... de certeza que tal não acontecerá. Mas compreenda, Sr. Ministro das Finanças, que privatizações anteriores são o cerne da desconfiança pública acerca de procedimentos do Estado. Está, hoje, constituído arguido um ex-ministro do Ambiente pela consequência derivada de uma privatização na Companhia das Lezírias; a privatização da Petrogal deu numa confusão gigantesca, que levou a que, hoje, os italianos da Eni tenham potencialmente uma parte maioritária numa empresa estratégica portuguesa; e não me consigo lembrar de uma privatização que tenha decorrido de uma forma limpa e tranquila, que dê confiança aos mercados, em Portugal.

O Sr. Ministro diz-nos que vai privatizar muitas empresas, mas não sabemos quais, e que o resultado serão alguns milhares de milhões de euros, mas não sabemos como.

Portanto, a minha questão, Sr. Ministro, é só esta: se nos diz no seu Programa que, de 2005 a 2009, prosseguirá um programa de privatizações tão ambicioso, gostaria que dissesse a este Parlamento e ao País quais são as empresas que pretende privatizar neste contexto, porque nada sabemos no escrito no seu texto.

*Aplausos do BE*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, o Sr. Ministro referiu que acabou o tempo dos truques contabilísticos. Registo como positiva essa sua afirmação — oxalá, assim seja!

Só que o PEC, em vez de truques, trouxe-nos tabus e algumas rábulas teatrais (passe a expressão). De facto, este PEC teve a rodeá-lo uma série de tabus e de rábulas. Começou, aliás, com o tabu do Sr. Ministro de Estado, o tabu dos impostos que não subiam, mas que, afinal, vão subir. Continuou com a rábula da surpresa do Governo sobre o valor do défice, um valor do défice que já se sabia e pressentia e que só, pelos vistos, o Sr. Primeiro-Ministro não sabia.

Mas há mais tabus, Sr. Ministro — há-os no PEC —, que importava que o Sr. Ministro desfizesse hoje aqui. O primeiro tabu é o das privatizações. É anunciado um programa de privatizações, mas não é referido o que vai privatizar-se, quando vai ser privatizado e qual a estimativa de receitas dessa privatização. O que é que, agora, o Governo quer vender aos grandes interesses económicos, nacionais e estrangeiros? O que quer vender às Eni, às Iberdrola e aos interesses financeiros internacionais? Será a TAP ou a Caixa-Geral de Depósitos, como aqui foi referido? O quê, Sr. Ministro? Desfaça-nos este tabu.

O segundo tabu é o dos «planos B ou C» (não se sabe bem quantos programas alternativos é que existem) do próprio PEC. Nem o Governo parece acreditar nas suas próprias previsões relativamente às exportações. Logo, está, desde já, a preparar no próprio texto do PEC uma nova rábula teatral e a anunciar, desde já, medidas adicionais — novas medidas adicionais. E, insisto, novas medidas adicionais porque não são as medidas adicionais hoje aqui em discussão, mas outras, novas, mais! Quais são elas, Sr. Ministro? Em que áreas? O que vai suceder agora? Vai diminuir os salários nominais? Vai proceder a despedimentos colectivos? Mostre o seu verdadeiro jogo, para que o País passe a sabê-lo e a conhecê-lo.

**Vozes do PCP**: — Muito bem!

O **Orador**: — O terceiro e último tabu, Sr. Ministro, tem a ver com o seguinte: que novos cortes, além dos que estão anunciados, estão a ser preparados na segurança social, para lhe garantir a tal sustentabilidade?

Sr. Ministro, já foi nomeada a comissão de análise para verificar a sustentabilidade da segurança social, de que fala o PEC? Quem a constitui? Que áreas vai estudar? Vai mudar a lei de bases da segurança social? Em que sentido? Será desta vez que, finalmente, se vai descobrir outro tabu, o tabu da campanha eleitoral, o de que, afinal, a idade de reforma do regime geral — e já não apenas dos funcionários públicos — poderá passar dos 65 anos para os 70 anos?

Sr. Ministro, há três ou quatro tabus que importava que esclarecesse, porque nada pior para o nosso país (e o passado recente demonstrou-o) do que viver na ignorância, na omissão ou, se quiser, numa certa manipulação.

Desfaça-nos, pois, estes tabus, Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Pacheco, quanto à

interpretação do valor 6,8%, esse não é um valor que seria encontrado se não houvesse governo, mas, sim, se o Governo prosseguisse as políticas que estão implícitas no Orçamento.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do PSD:** — Não é, não! Isso é falso!

**O Orador:** — Quanto ao cenário do PIB, utilizar uma nova série do PIB, que, aliás, nem sequer foi publicada, essa, sim, seria, mais uma vez, uma forma encapotada de alterar os números. Quando surgir a nova série, ela será utilizada e os números serão correspondentemente actualizados. Mas a nova série do PIB não está publicada e, não estando, não podemos utilizá-la num documento oficial.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto a «emagrecer» o Estado, vai haver, como foi anunciado, auditorias ministério a ministério. A lista será definida pelo Conselho de Ministros e a sequência dessas auditorias, apesar de ainda não estar, neste momento, definida, será proximamente anunciada.

Relativamente ao referido pelo Sr. Deputado Maximiano Martins, gostaria de fazer duas ou três observações. Primeiro, julgo que, de um modo geral — aliás, isso veio reportado nos jornais —, as reacções das pessoas, que voluntariamente fizeram declarações para os jornais sobre o nosso Programa, foram bastante positivas. De entre as empresas de rating, houve uma que, inclusivamente, fez um pequeno comunicado. Julgo que a maior parte delas estará à espera do orçamento rectificativo, mas o facto de, até agora, não terem reagido oficialmente é já de si uma boa reacção, dadas as perspectivas com que elas partiram e com que elas estavam, ainda há bem pouco tempo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao crescimento do emprego, aproveito para rectificar um valor que dei, em sede de comissão, sobre o crescimento do emprego. De facto, quando o PEC foi discutido em sede de comissão e eu disse que o emprego subia à volta de 160 000 ou 170 000, referia-me apenas ao emprego por conta de outrem, porque o emprego total vai crescer, de acordo com as nossas estimativas, quase 260 000,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... o que significa um crescimento bastante acentuado.

**O Sr. Pedro Duarte (PSD):** — E o desemprego?

**O Orador:** — O desemprego sobe 33 e, por isso, a taxa de desemprego, apesar de tudo, vai cair, nos últimos anos, no Programa.

As medidas de aumentos de impostos e de cortes na despesa têm, no curto prazo, algum efeito recessivo. Simplesmente, o problema não é esse, mas o de saber, por um lado, se podemos ter de complementar essas medidas com outras — e o facto de termos conseguido manter um elevado empenhamento do Estado na sua contribuição para o investimento significa também uma contribuição muito positiva por parte do Estado para o crescimento. Por outro lado, o mais importante é saber qual o cenário alternativo. Ora, o cenário alternativo era o de nada fazer. E o cenário de nada fazer colocaria Portugal numa situação extremamente difícil, com subidas de taxas de juro, com menor investimento das empresas, com problemas mais sérios, por causa do desemprego e do aumento das prestações bancárias que as famílias teriam de pagar. Seria, portanto, um cenário muito mais grave para Portugal e muito mais, esse sim verdadeiramente, recessivo.

*Aplausos do PS.*

Quanto às privatizações, de facto, fala-se de um conjunto de privatizações que certamente ajudarão a manter o stock de dívida, em percentagem do PIB, em níveis razoáveis, não ultrapassando os 70%, o que é importante para a credibilidade externa e para o financiamento internacional. Posso garantir-lhe que não está prevista a privatização da Caixa-Geral de Depósitos, pelo que esse tabu fica afastado.

**Vozes do BE:** — Por enquanto!...

**O Orador:** — O programa de privatizações será aprovado no momento oportuno. Devo, aliás, lem-

brar...

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Jaime Gama.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, queira concluir.

O **Orador**: — ... que isto não é um orçamento do Estado, mas as linhas de orientação para os próximos cinco anos, em termos de política macroeconómica e orçamental.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, a apreciação que resulta da revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento é, desde logo, o aumento desajustado da carga fiscal que incide sobre os portugueses, da qual esta bancada discorda profundamente por ser socialmente injusta e desnecessária.

A situação financeira existente em Portugal, por muito que o Governo teime em anunciar a sua ignorância, é por demais conhecida de todos. Desde sempre defendemos a necessidade urgente da consolidação das finanças públicas sob pena do agravamento irremediável da situação.

O Partido Socialista é que só agora, que é Governo, acordou para a situação, ou seja, provou que só entende dever tentar ser responsável quando é governo. Nós, pelo contrário, no governo ou na oposição, mantemos o nosso rumo de responsabilidade, apontando o caminho que entendemos ser correcto, seja ele coincidente ou não com o do Governo. Se o é, tanto melhor, é porque o Governo segue o nosso caminho e, portanto, segue o caminho certo; se não o é, cá estamos na oposição, mas com responsabilidade, apontando a alternativa correcta.

Sr. Ministro, o caminho correcto é o da consolidação das finanças públicas por via da diminuição e da contenção da despesa e não pela do aumento das receitas. Por isso, não podemos concordar com o aumento de impostos proposto por este Governo. É que, Sr. Ministro, todos sabemos não só que o aumento da receita induz mais despesa como também que o aumento transitório de impostos adquire sempre carácter definitivo.

Acresce que o aumento da carga fiscal será profundamente nocivo ao desenvolvimento económico, fundamental para o nosso futuro. Aliás, esta opinião do candidato a primeiro-ministro, José Sócrates, já não é a opinião do Primeiro-Ministro José Sócrates.

Na verdade, o Secretário-Geral do Partido Socialista, José Sócrates, num debate televisivo, em plena campanha eleitoral, dizia que «não estou de acordo com a subida de impostos porque isso também já foi uma receita do passado. Isso já foi feito no passado e não produziu bons resultados. Não acho que os problemas das contas públicas em Portugal possam resolver-se à custa da economia. Lançar impostos, neste momento,...» — e falava em Fevereiro — «... do meu ponto de vista, criaria condições para um arrefecimento ainda maior da economia portuguesa. Ora, acho que esse não é o caminho. O caminho é o caminho do crescimento porque só a apostar no crescimento pode fazer com que possamos resolver o problema das finanças públicas, combater o desemprego e também combater as injustiças sociais».

Estou perfeitamente de acordo com este pensamento do candidato José Sócrates. Pena é que ele não esteja de acordo consigo próprio.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Ministro, obviamente que a confiança que o Sr. Primeiro-Ministro nos transmite não é absolutamente nenhuma. Todos os que nele votaram, ao tê-lo ouvido na televisão, e que, neste momento, nos ouvem, sentem-se defraudados. Não votaram para ter mais impostos mas, sim, para ter menos despesa, para ter crescimento económico.

Sr. Ministro, termino, deixando-lhe uma questão. Diz o Programa de Estabilidade e Crescimento que a receita adicional resultante do aumento da taxa nominal do IVA, de 19% para 21%, será transferida para o financiamento da segurança social.

Ora, como muito bem sabe — ou talvez não saiba porque noutro dia ficámos na dúvida sobre o que disse na televisão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O **Orador**: — Concluo de imediato, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, isto configura uma clara violação do n.º 1 do artigo 7.º da Lei de Enquadramento Orçamental, que diz: «Não pode afectar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas». Pergunto-lhe, pois, Sr. Ministro, como vai V. Ex.<sup>a</sup> resolver mais esta trapalhada.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, segundo a lógica deste Governo, que, de resto, é muito idêntica à do governo anterior, estamos numa situação dramática, com 6,8% de défice previsto para 2005, o que requer medidas de coragem e, eventualmente, até algumas excepcionais. É esta a conversa diária do Governo para com os portugueses.

No debate mensal com o Sr. Primeiro-Ministro, dirigi-lhe uma pergunta à qual não obtive resposta, pelo que hoje gostaria de conhecer a perspectiva do Governo em relação a essa matéria.

O Sr. Ministro sabe que o nosso país assiste a uma profunda e injusta repartição de riqueza, sabe que é dos maiores o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Então, face à situação em que estamos, faria ou não sentido, na perspectiva do Governo, pedir um esforço real, eventualmente transitório, àqueles que realmente podem pagar e fazer esse esforço, através da criação de um imposto, eventualmente transitório, repito, sobre as grandes fortunas? Não ouvi resposta a esta pergunta por parte do Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de ouvi-la hoje e, designadamente, perceber por que é o Governo não está a equacionar uma tal solução.

Sr. Ministro, não venha responder-me, como fez o Sr. Primeiro-Ministro, que criaram um escalão adicional de IRS, à taxa de 42%, porque só incide sobre quem declara rendimentos do trabalho superiores a 60 000 € e uma coisa nada tem a ver com a outra.

Sr. Ministro, por favor também não venha falar-me de uma solução idêntica relativamente ao combate à fraude e à evasão fiscais, porque essa não é nenhuma medida excepcional e eventualmente transitória, é uma questão de moralidade relativamente ao nosso sistema fiscal.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

A **Oradora**: — A segunda questão prende-se com o problema do desemprego. O Sr. Ministro apresenta-nos, no âmbito deste Programa de Estabilidade e Crescimento, um mapa que pode ter as mais diversas leituras. É que, se olhar para os números referentes a 2006, vejo uma curva descendente relativamente à taxa de desemprego, mas se a comparar, por exemplo, com 2004, verifico que, em 2009, vamos estar muito pior em termos de taxa de desemprego relativamente à situação em que estávamos em 2004. Portanto, os números podem iludir muito.

O que as pessoas podem perceber é que, em termos de bolsa de pobreza, para a qual o desemprego contribui imenso, com estas propostas do Governo não vamos estar melhor do que estávamos no ano 2004. Isto, para além do desemprego encapotado que o Governo apresenta neste Programa de Estabilidade e Crescimento, designadamente através da bolsa de supranumerários para a Administração Pública. Sinceramente, quando li o mapa até pensei que não estava a perceber o que lá está escrito.

É que os funcionários públicos podem ser colocados numa bolsa de supranumerários e, ao fim de três meses de permanência nessa bolsa, perdem uma parte do seu vencimento anterior e, se não aceitarem uma proposta de colocação, como no caso de alguém residente no Algarve que seria colocado em Braga, perdem o vínculo à função pública. Isto é, não se tem o entendimento de que os trabalhadores não são instrumentos do Estado, são pessoas com vidas feitas e com famílias criadas, portanto, com vida própria e legítima.

**Vozes do PCP e do BE:** — Muito bem!

A **Oradora**: — Para terminar, refiro que, neste Programa — e, na intervenção final que farei, debruçar-me-ei mais detalhadamente sobre isto —, se verifica que há propostas concretas que conduzem ao alargamento da bolsa de pobreza no nosso país e de muito preocupantes níveis de sustentabilidade das famílias.

Por fim, gostava de perceber como é que o Governo vai criar os tais 150 000 postos de trabalho que, curiosamente, o Programa não menciona.

A Sr.<sup>a</sup> **Luísa Mesquita** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, permita-me que o cumprimente mas também que lhe diga, com toda a frontalidade, que, na resposta que deu ao meu colega Duarte Pacheco, V. Ex.<sup>a</sup> não foi de todo rigoroso quando abordou a questão do valor do défice.

Sr. Ministro, vou ser muito rápido e centrarei o meu pedido de esclarecimento no desemprego, questão que constitui um verdadeiro drama e uma tragédia que se abate sobre as famílias portuguesas.

Nesta actualização do PEC, o Governo prevê uma taxa de desemprego, para 2005, da ordem de 7,4%. Ora, se tivermos em conta as estatísticas do INE sobre o emprego, divulgadas em 18 de Maio último, que apontam para uma taxa de 7,5% no primeiro trimestre de 2005, e tendo em conta que, para os restantes trimestres do ano, não se vislumbra qualquer melhoria, devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que o Governo já falhou no que se refere à sua estimativa de 7,4%. O Governo já começou, pois, a errar e, Sr. Ministro, esta taxa é a mais fácil de calcular.

Perante isto, se o Governo erra no que se refere àquele valor, como é que podemos confiar nos valores que o Governo apresenta até ao final da legislatura?

Desde logo, permita-me que lhe diga que isto é revelador de falta de rigor.

Mais: segundo as contas do Governo, o desemprego atingirá 7,7%, até 2007, para, no final da Legislatura, diminuir para 6,9%, ou seja, uma taxa superior à verificada em 2004. Portanto, o melhor que este Governo conseguirá fazer ficará, ainda assim, aquém do menos bom que foi feito pelos governos PSD/CDS-PP. Isto demonstra que, à falta de rigor, está associada uma evidente falta de ambição.

Por outro lado, se tivermos em conta as perspectivas do Governo, expressas neste PEC, para o crescimento da economia que apontam para um valor máximo de 3% no ano 2009, é fácil concluir que a evolução prevista não reflecte positivamente na criação de emprego, o que, obviamente, põe em causa a talvez principal bandeira e promessa eleitoral do Partido Socialista que foi a da criação de 150 000 postos de trabalho. Esta terá sido, então, provavelmente, a promessa eleitoral mais descartável dos últimos 30 anos da democracia portuguesa!

A terminar pergunto-lhe, Sr. Ministro: afinal, quem quer o Governo enganar? A si próprio? O Parlamento? Ou, bem pior, os portugueses?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, este Governo está hipercentrado no Programa de Estabilidade e Crescimento, de tal forma que somos levados a questioná-lo: é esta a estratégia para o País? É este o modelo de desenvolvimento, Sr. Ministro? Onde está o plano tecnológico? Que estranho eclipse aconteceu em relação ao plano tecnológico? Onde estão as medidas de qualificação? Os seus efeitos não vão sentir-se na presente Legislatura?

Já agora, cabe também perguntar-lhe se estamos destinados a este triste fado de sermos o País que depende do novo modelo automóvel da Autoeuropa, das receitas do turismo, da crença numa eventual recuperação da economia internacional e do bom preço do petróleo para recuperar a nossa economia. É a isto que estamos reduzidos? É esta a falta de desígnio e de ousadia deste Governo?

Os efeitos da qualificação são conhecidos na produtividade e no emprego. No entanto, este Programa contém medidas claramente desqualificantes. Vou dar-lhe dois exemplos e gostava que se pronunciasse a esse respeito.

Não há um aumento do investimento no ensino superior. Esse não aumento, esse decréscimo, vai ter consequências trágicas para o nosso atraso quanto à qualificação. E não me diga que tem a ver com a perda de alunos porque o Ministro do Ensino Superior diz que quer ganhar públicos para o ensino superior através da qualificação de activos.

Falo-lhe agora do que se passa em relação à educação, em particular dos professores. Falo-lhe no caso dos professores que, se estiverem doentes, têm de se apresentar a uma junta médica quando estão doentes há mais de 18 meses...

Vejo que está a encolher os ombros. Não o faça, Sr. Ministro, pois esta medida de que falo é desumana, é absolutamente cruel!

Como dizia, os professores que estiverem doentes há mais de 18 meses terão de se apresentar a uma junta médica e, caso não possam ser reclassificados ou reconvertisdos — veja bem a crueldade da designação! —, e se o motivo lhes for imputável, isto é, a própria doença, ficarão desprovidos de salário, em situação de licença sem vencimento. Considera isto humano, Sr. Ministro? Considera isto uma medida de qualificação para o nosso país? Qual é o efeito que isto vai ter no défice? Tem as contas feitas? Que gotícula é que isto contribui para o défice?

Já agora, Sr. Ministro, a questão do estágios. Retiram aos professores, na formação de professores, a possibilidade de terem turmas próprias — se calhar, o Sr. Ministro até não tem conhecimento disto.

Sabe que este Governo diz que um dos principais problemas está no sistema de ensino cuja qualidade é má. Diz, ainda, que uma das principais falhas do sistema de ensino é a formação de professores. Ora, o senhor dá uma machadada na formação de professores ao retirar aos professores estagiários do ramo educacional a possibilidade de terem turmas próprias para leccionar. Por isso mesmo, digo que a aposta é na desqualificação,...

*Neste momento, parte do público presente nas galerias aplaudiu e exibiu cartazes dizendo «Por um estágio educacional, profissionalizante e remunerado».*

... a aposta é claramente em termos de uma economia de baixos salários como vantagem competitiva na Europa. Isso é algo que nos envergonha e a que não nos resignamos.

*Aplausos do BE.*

**O Sr. Presidente:** — O público presente nas galerias não pode manifestar-se. É uma lei da República. Peço a compreensão de todos para o acatamento das leis da República.

Peço, pois, que seja evacuada a galeria.

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

**O Sr. Ministro de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, começaria por responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, dizendo que é evidente que, como Ministro das Finanças, não lhe posso dar conta, por não ter conhecimento, do que se passa quanto aos subsídios de doença.

**A Sr.<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP):** — Então tivesse trazido que sabe!

**O Orador:** — Essa matéria, aliás, não faz parte do Programa de Estabilidade, pelo que não posso responder-lhe.

**Vozes do PCP:** — Faz, faz!

**O Orador:** — Quanto ao plano tecnológico, ele está referido logo na introdução como um instrumento de desenvolvimento e as suas decorrências continuarão a ser desenvolvidas e apresentadas, dado que o Governo está há apenas três meses em funções.

Sei o que se passa quanto ao ensino, como deve imaginar, Sr. Deputado, não só como profissional mas também como pai. De facto, é particularmente preocupante que Portugal dedique mais dinheiro à educação do que a média dos países da OCDE e da União Europeia e que os resultados finais sejam piores do que a média destes países regista.

*Protestos do PCP e do BE.*

Ora, tal significa que há uma má gestão desses recursos e que essa gestão tem de ser melhorada para bem dos nossos filhos.

*Aplausos do PS.*

Passando à questão relativa ao aumento da carga fiscal, e, portanto, respondendo ao Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, tivemos já oportunidade de discutir esse assunto e o próprio Primeiro-Ministro teve oportunidade de explicar o porquê do aumento de impostos. Eu ia dizer que ninguém estava à espera de um défice para este ano de 6,8%, mas, dadas as notícias de hoje, julgo que o Sr. Dr. Bagão Félix provavelmente esperaria este valor. Digo-o porque, a acreditar no que vem nos jornais — o que nem sempre devemos fazer, como é evidente —, ele já pensava que o défice do ano passado seria de 6,4%.

Disse-se, por outro lado, que a «factura» deve ser paga pelos mais ricos e pelos que mais podem contribuir para a solução do problema, pelo menos em termos pessoais. Penso que já houve, da parte deste Governo, vários exemplos disso, um dos quais, o do aumento do IRS para 42%, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia já citou. De qualquer modo, julgo que mais importante do que isso é a luta que temos vindo a travar desde o início contra a fraude e a evasão fiscais.

**A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — Ó Sr. Ministro, por amor de Deus!...

**O Orador:** — Todas as semanas há notícias nos jornais sobre os resultados que temos vindo a obter nessa luta contra a fraude e a evasão fiscais, o que é muito importante, por serem os maiores prevaricadores quem tem de pagar parte desse ajustamento. Os valores estimados estão, aliás, no próprio Programa de Estabilidade, permitindo-nos avaliar e aquilatar o volume de receitas fiscais que não seriam cobradas noutras circunstâncias.

**A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — E o imposto sobre as grandes fortunas?!

**O Orador:** — Passando ao esclarecimento pedido pelo Sr. Deputado José Manuel Ribeiro, direi que a taxa de desemprego a que devemos recorrer como termo de comparação em 2009 não é, obviamente, a

taxa de 2004, mas, sim, a última taxa de desemprego por que foi responsável o anterior governo. E essa cifrou-se em 7,5%. Como tal, devemos comparar a taxa de desemprego no final da Legislatura com a taxa de desemprego que se verificava no final do exercício do governo anterior, ou seja, devemos comparar o valor de 7,5% com aquele que se vier a verificar no final de 2009. Para além disso, os dados estatísticos são médias anuais e a taxa de desemprego tem um efeito cíclico, pelo que há períodos de maior pico e outros de menor incidência. No final do ano, veremos, portanto, se a taxa de 7,4% era ou não uma taxa plausível.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Veremos!

O **Orador**: — Falta ainda deslindar um pequeno problema. É que o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro disse, primeiro, que o nosso cenário é idílico e, no final do seu pedido de esclarecimentos, que este Programa de Estabilidade tem falta de ambição. Ora, eu penso que nem o nosso cenário é idílico nem temos, por outro lado, falta de ambição. Na verdade, temos um cenário realista!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Debatemos hoje a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009. É um documento importante para o País, visto que é nele que se reflectem as opções de política económica do Governo, o cenário económico previsto e também, e sobretudo, a estratégia de redução do défice público. E, infelizmente, este Programa de Estabilidade e Crescimento confirma os nossos receios por três grandes motivos. Em primeiro lugar, porque é um documento de que sobressai, da parte do Governo socialista, a culpabilização dos funcionários públicos.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É errado e injusto que assim seja, porque não são os funcionários públicos, na sua maior parte quadros competentes, os culpados da situação a que se chegou. A sua admissão e as condições de que dispõem são decididas pelos governantes, a quem cabe, portanto, assumir as suas responsabilidades e não diabolizar os funcionários públicos.

A Sr.<sup>a</sup> **Zita Seabra** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas também porque as transformações que se impõem na Administração Pública portuguesa não podem nem devem ser contra os funcionários públicos.

Em segundo lugar, o Programa de Estabilidade e Crescimento preconiza um aumento dos impostos ao nível do IVA, do imposto sobre produtos petrolíferos, do IRS e do imposto sobre o tabaco. É errado e injusto que assim se proceda. Aumentar os impostos é o modo mais fácil e imediato de reduzir o défice, mas não é, seguramente, o mais correcto nem o mais sustentável.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Desde logo, porque, com as dificuldades conjunturais e estruturais que a economia portuguesa atravessa, um aumento de impostos directos ou indirectos é a última coisa de que Portugal necessita neste momento. Aumentar os impostos significa estar a retirar recursos às famílias e às empresas para os entregar ao Estado, que é pesado, grande e ineficiente. E que, portanto, precisa é de ser «emagrecido». Mas, para além disso, a tendência internacional de desagravamento da carga fiscal, acompanhada de uma enorme simplificação dos sistemas fiscais, é um facto irrefutável e estar a contrariar explicitamente este movimento é profundamente errado. Por outro lado, este aumento de impostos é injusto porque, em vez de, por exemplo, angariar receitas alternativas através da cobrança de portagens nas SCUT, o Governo faz com que sejamos todos a pagar, quer passemos ou não nessas vias. Não é esta a via mais adequada de promover a justiça social. Já agora, Sr. Ministro, deixe-me dizer-lhe que se o anterior governo estivesse em funções, já algumas SCUT teriam portagens e haveria, com certeza, receitas extraordinárias que impediriam que os impostos fossem aumentados.

**Vozes do PS**: — Oh!

O **Orador**: — Como tal, não é verdade o que disse quando afirmou que o défice seria este se o anterior governo estivesse em funções. Para quem quer começar a falar verdade e com rigor, convenhamos

que este não é um bom começo.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Somos, pois, pelo aumento da receita a partir do combate à fraude e à evasão fiscais e às irregularidades que se verificam na segurança social, visto que tal é justo e é recomendável. O problema — e aqui reside o terceiro motivo de receio no que toca a este Programa — é que esses esforços não estão devidamente elencados nem representam, de acordo com PEC que agora é actualizado, a maior fonte de angariação de receita até 2009. Na verdade, a preços de 2005, enquanto os progressos na combate à fraude e à evasão fiscais permitirão, de acordo com as contas do Governo, aumentar a receita em cerca de 5000 milhões de euros, já o aumento de impostos poderá render 7790 milhões de euros. Mais grave ainda: as poupanças previstas do lado da despesa não ultrapassarão os 7865 milhões de euros até 2009. Tudo somado, verifica-se que até ao fim da Legislatura, em todos os anos, o Governo conta mais, muito mais, com o lado das receitas do que com a redução da despesa para fazer descer o défice. Em vez de se «emagrecer» o Estado, conta-se com mais receita, baseada sobretudo em mais impostos, para manter a «gordura» do Estado. Como se sabe, a verdadeira consolidação orçamental faz-se do lado da despesa. É esse o único caminho sustentável para reduzir o défice. Ora, o Governo apresenta-nos intenções — louváveis, mas que por enquanto não passam disso mesmo, de intenções — de reformar, cortar e conter.

Porém, causa ao mesmo tempo perplexidade o facto de o investimento público não comparticipado pela União Europeia crescer a uma média de 15% ao ano! Perguntamos: então e o investimento comparticipado? É que o que importava era concentrarmo-nos no investimento comparticipado pela Comunidade, que, de acordo com as prioridades da Estratégia de Lisboa, deverá ser canalizado para a área do conhecimento e da qualificação dos recursos humanos — precisamente a área em que mais necessitados estamos. Estará o Governo a admitir, já de forma explícita, que iremos receber muito menos fundos no próximo Quadro Comunitário de Apoio? Convinha esclarecer este ponto!

Assim, enquanto retira recursos às famílias e empresas, estrangulando a economia privada através do aumento de impostos, o Governo pretende, através do dinheiro público, dinamizar a actividade, utilizando uma fórmula gasta e desactualizada. Desvaloriza o que é saudável — que é ter uma economia privada forte e dinâmica — e tenta ser o motor da economia, o que, além de errado, não é sustentável.

Mas ainda não é tudo. No cenário macroeconómico, seguramente por artes mágicas, o crescimento económico vai sendo maior ano após ano, até que — veja-se a coincidência —, em 2009, de acordo com as contas do Governo, dever-se-á registar um crescimento de 3%. Que curioso, exactamente o mesmo valor prometido pelo então candidato José Sócrates durante a campanha eleitoral!

Trata-se, portanto, de um PEC de encomenda e, como tal, sem credibilidade.

*Aplausos do PSD.*

Um PEC que não leva em conta as dificuldades conjunturais e estruturais que atravessamos e que nem sequer contabiliza o efeito do aumento de impostos sobre a economia. As receitas previstas nunca baixam. Pelo contrário, no imposto sobre os combustíveis e no impostos sobre o tabaco as subidas previstas são mesmo espectaculares. O que o Governo não percebeu, para mal do País, é que, mesmo sem aumento de impostos, atingir os tais milagrosos 3% em 2009 já era uma miragem. Imagine-se o que será com os impostos a aumentarem desta maneira! É verdade, Srs. Deputados: não podemos desdenhar a ocorrência de nova recessão. Estranho modo de proceder para quem faz do crescimento económico a sua prioridade...

Mas, quanto ao PIB, ainda não é tudo. Sabe-se que já no próximo mês, à semelhança do que tem vindo a suceder um pouco por essa Europa fora, o Instituto Nacional de Estatística (INE) irá rever a série do PIB, elevando o seu actual valor em cerca de 5%. Isso significa, «apenas», Srs. Deputados, que o défice estimado para este ano pela chamada «Comissão Constâncio» seria de 6,5% e não dos tais «rigorosamente científicos» 6,83%.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Não esteve atento! O Sr. Ministro já explicou!

O **Orador**: — Ou seja, para chegar, como o Governo prevê no PEC, a 6,2% no final do ano, não era preciso aumentar os impostos. Na verdade, com a totalidade das medidas previstas, o défice no fim do ano será, isso sim, de 5,9% do PIB. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o mais espantoso é que não há uma única linha sobre este assunto em todo o documento. Num uma referência! Nada! Porque será? Será que o Governo queria apresentar este brilhante no final do ano? Se queria, já não vale a pena, porque se trata de uma farsa e de uma farsa que neste momento é desmascarada!

*Aplausos do PSD.*

Mas, Srs. Deputados, não podia deixar de referir ainda que até as contas do desemprego apresentadas neste Programa estão erradas. Então não é que no primeiro trimestre deste ano o desemprego atingiu, infelizmente, uma taxa de 7,5%? E, por isso, seria bom que o Governo explicasse como é que a taxa média prevista para este ano se situará em 7,4%, ou seja, um valor mais baixo do que os 7,5% do primeiro trimestre.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Já teve a resposta!

**O Orador:** — É que, Srs. Deputados, com o crescimento económico previsto pelo Governo, não vale a pena negar que o desemprego irá continuar a subir não só neste ano nem apenas até ao próximo, como o Executivo prevê, mas, infelizmente, bem mais do que isso. O candidato José Sócrates bem prometeu criar 150 000 novos empregos até 2009, mas o Primeiro-Ministro, José Sócrates, por este andar, nem um único emprego criará, porque aplica a receita errada e porque ainda não percebeu que, actuando como prevê este Programa de Estabilidade e Crescimento, pode «matar o doente pela cura».

Muito mais se poderia dizer, mas creio que já estamos todos em condições de concluir que este Programa de Estabilidade e Crescimento não serve os interesses de Portugal. Não consolida o suficiente do lado da despesa, é socialmente injusto e aumenta os impostos. E, portanto, não é um Programa que promova a estabilidade e, infelizmente, também não é um Programa que promova o crescimento. Quem perde, naturalmente, é Portugal e os portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: O Programa de Estabilidade e Crescimento em análise constitui uma estratégia para o desenvolvimento económico e para a consolidação das finanças públicas para o período 2005 a 2009. Temos não só medidas destinadas a enfrentar a grave situação orçamental mas também instrumentos viabilizadores de um crescimento económico sustentado. E o certo é que a experiência dos últimos anos obriga a que não nos limitemos a meras intervenções pontuais, que já sabemos que não têm efeitos na consolidação, a médio prazo, da situação da economia e das finanças.

É verdade que há o contexto internacional e o fraco comportamento da economia nacional. Por isso mesmo, temos de mudar o método, tal como aqui vem proposto pelo Governo, a fim de que a inovação, a criatividade, a confiança, se traduzam em maior competitividade e em maior produtividade. Não podemos acomodar-nos à mediocridade, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados!

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — É fundamental um consenso nacional em torno destes objectivos ligados a um Estado social consolidado, garante dos compromissos de protecção de todos, segundo os princípios da igualdade e da diferença. Precisamos, por isso, de todos para este esforço e para este projecto.

Recordo, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados, que, em Janeiro de 2003, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, num gesto sem precedente, votou partes substanciais de uma resolução relativa ao Programa de Estabilidade e Crescimento desse momento, demonstrando que o interesse nacional estava acima de qualquer interesse conjuntural ou partidário.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Essa foi a nossa posição! Essa foi a nossa atitude!

Sr. Deputado Miguel Frasquilho, permita-me que lhe diga que o Sr. Deputado, infelizmente, estava desatento em relação a essa questão que veio designar, de uma forma bombástica, de «farsa desmaskada», porque o Sr. Ministro das Finanças disse há poucos minutos que a actualização dos valores do PIB far-se-ia de acordo com o Programa de Estabilidade e Crescimento.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não está cá!

**O Orador:** — Sr. Deputado, se já tem a actualização, se já sabe qual, então, revele-nos!

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: Temos de perguntar o que é um contrato de legislatura. É tempo de entender que os compromissos eleitorais, a partir de uma consideração séria e serena, têm de ser analisados no contexto da legislatura e temos de deixar claro que, para este período que termina em 2009, há três objectivos muito claros.

Primeiro: crescimento económico, de modo a que haja uma trajectória de convergência com as eco-

nomias europeias e a que o aumento do produto potencial da economia portuguesa seja uma realidade.

Segundo: criação de emprego a partir da economia real, dos agentes económicos, do desenvolvimento, da confiança dos consumidores, dos produtores, no fundo, a partir da inovação e da criatividade. Aliás, ficou claro, na resposta do Sr. Ministro das Finanças, aquilo que está previsto relativamente ao emprego, tratando-se de cumprir escrupulosamente os compromissos eleitorais.

Terceiro: consolidação das finanças públicas, reconhecendo a necessidade de, até 2009, o País conseguir alcançar um crescimento do produto interno bruto de 3% — sim, de 3%! —, não por encomenda mas porque esta é a nossa previsão. E, mais do que previsão, esta é a nossa vontade, a de reduzir fortemente o défice dos actuais 6,8% para um valor abaixo dos 3% e a de baixar a dívida pública dos actuais 67% para 64,5%.

E se falo de objectivos, considerando o contrato de legislatura, tenho de referir também as circunstâncias, já que nos deparamos com uma alteração grave destas. O valor do desequilíbrio orçamental foi superior àquilo que todos os técnicos consideravam antes de 20 de Fevereiro, mas, pelos vistos (sabemos agora), o então Sr. Ministro das Finanças Dr. Bagão Félix já sabia que a situação estava descontrolada, mas os 6,4%, número referido no *Diário de Notícias* de hoje, não consta de qualquer documento oficial que tenha sido submetido ao Parlamento!

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Leonor Coutinho** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Esta é, portanto, a situação fundamental.

Temos de trabalhar num sentido positivo, no sentido de criar consensos duráveis que permitam à economia portuguesa atravessar o Rubicão, e o Rubicão é a salvaguarda do interesse nacional, o lançamento das bases da criação e da inovação.

Sr. Deputado, talvez deva recordar que há apenas dois dias o ex-Deputado do CDS Lobo Xavier disse, no programa *Quadratura do Círculo*, que há, pelo menos, dois governos que estas medidas deveriam ter sido adoptadas. Permito-me recordá-lo para poder ver com ele a razão fundamental pela qual ele fez esta afirmação.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Convém ouvir o resto!

O **Orador**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria, ainda, de vos dizer que, com um sistema fiscal mais simples, mais acessível, mais justo, mais amigo do contribuinte, poderemos ter uma situação em que haja mais produtividade e melhor competitividade. Mas se a eficiência nas receitas é crucial, se a justiça fiscal é essencial, temos de pôr os olhos no combate, sem tréguas, à fraude e à evasão fiscais e temos de apostar numa maior eficiência e equidade tributárias.

É, ainda, indispensável olharmos as despesas, as quais têm de ser reduzidas no que se refere à despesa corrente primária, não apenas no combate ao desperdício mas também na escolha dos investimentos verdadeiramente reprodutivos. E, neste ponto, impõe-se acrescentar a sustentabilidade do sistema de segurança social e a aproximação e convergência progressiva ao regime geral, o que obriga à eliminação dos regimes de exceção.

A sustentabilidade do Estado social, que constitui o pano de fundo essencial deste Programa, contra a lógica do Estado mínimo, eis que garante que as gerações futuras vejam assegurada a adequada cobertura dos riscos sociais.

Por isso, este é um Programa de futuro. Por isso, este Programa visa, afinal, com exigência, com rigor e com disciplina, pôr em prática um programa para o futuro, para o crescimento, para o emprego!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Para manter os critérios recessivos do Pacto foram eleitos, mais uma vez, como alvo preferencial, os funcionários públicos. Com as medidas como a do aumento gradual da reforma dos 60 para os 65 anos, penalizando os trabalhadores dos níveis de escolaridade mais baixos e que trabalham na função pública há 50 anos, os funcionários públicos serão agora penalizados também com as alterações do cálculo do valor da aposentação. É, mais uma vez, o nivelamento por baixo.

Perguntamos se esta medida tem repercussões no cumprimento do défice. Não a conhecemos e pensamos até que não, porque não estão quantificadas as repercussões sociais destas medidas, e essas são efectivamente importantes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

**O Orador:** — Na Administração Pública, por outro lado, coabitarão três regimes de contratação. No entanto, a grande pressão é para a privatização do contrato público. Tomar-se-ão medidas para «engordar» o quadro de excedentes, procurando dispensar esses trabalhadores, e a não reconversão de contratos de trabalho a termo agravará, com certeza e dramaticamente, a precariedade laboral e social e também afectará a qualidade do serviço prestado às populações.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

**O Orador:** — A flexibilização da gestão limitará a administração directa do Estado a funções meramente residuais; na administração indirecta deverá ser aprofundada a orientação já ensaiada no sentido da desregulamentação laboral e da privatização de funções, hoje a cargo dos institutos públicos, por recurso a figuras como a da concessão, a das parcerias, a da cessão e a da exploração. No seu todo, a Administração Pública ver-se-á totalmente espartilhada.

Sr. Ministro, a resistência social é inevitável. Esqueceu-se de a quantificar no Plano de Estabilidade e Crescimento. O seu Governo é responsável por ter reformados no activo e jovens desempregados. Per-guntamos se é este o conceito de modernidade deste Governo.

É bom que se começem a habituar, porque a estabilidade social vai iniciar-se, vai estar na rua e nós estamos solidários com ela.

*Aplausos do BE.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Assente a poeira levantada pela rábula da surpresa causada pelo valor do défice orçamental herdado, começa, finalmente, a perceber-se a gravidade e a dimensão das malfeitorias que o Governo do PS quer implementar para dar cumprimento às orientações neoliberais que continuam a soprar de Bruxelas e a ser obsessivamente aplicadas em Lisboa.

Quatro ideias centrais resultam de uma reflexão sobre o conteúdo do PEC do Governo do Partido Socialista.

Primeira ideia: o Programa de Estabilidade e Crescimento não é um programa de crescimento, é, antes, um programa de recessão ou, quanto muito, de estagnação económica.

Também a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite apostara num *boom* exportador, na contenção das importações, na diminuição do consumo interno e na contracção do investimento público. Os efeitos são infelizmente conhecidos, sobretudo pelos trabalhadores deste país, que passaram quase três anos a «apertar o cinto»!...

O irrealismo das previsões para o crescimento das exportações é reconhecido por todos. Até o próprio Governo o admite quando cria cenários alternativos àquele em que baseou o seu próprio Programa. E a verdade é que até os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística começam desde já a indicar a mais que provável falência das previsões do Governo.

Num quadro económico em que o Governo «permanece a leste» do encerramento e deslocalização de empresas e da destruição do que ainda resta do aparelho produtivo nacional; num contexto em que o Governo continua paralizado perante uma globalização sem regras, que mina e compromete boa parte da nossa capacidade industrial; num processo em que o Governo vai optar pela diminuição, em termos reais, do investimento público global nos próximos anos, torna-se mais do que provável que o crescimento económico não atinja valores aceitáveis e suficientes para enfrentar os desafios do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida de Portugal e dos portugueses.

Assim, irá cair por terra um dos compromissos centrais da campanha socialista que prometia «aumentar o crescimento da nossa economia para 3% durante a próxima legislatura». Sr. Ministro, durante a próxima legislatura, e não apenas em 2009, como agora se diz no PEC. Mas o mais certo, Sr. Ministro, é que, infelizmente, nem esse valor suceda, nem mesmo em 2009!

Sr. Ministro, outra miragem será, neste contexto, a tão reclamada convergência com a União Europeia.

Bem se entende o desejo, depois de anos sucessivos de divergência e de já termos sido ultrapassados por dois dos novos Estados-membros da União. Só que, mesmo nas previsões do Governo, isso só sucederá em 2008 e, nessa altura, as estimativas de crescimento da Comunidade são completamente falaciosas, sem o mínimo de sustentação nem qualquer justificação credível!

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Uma segunda ideia mostra que o Programa de Estabilidade e Crescimento é um verdadeiro programa de instabilidade e desemprego.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — E são as próprias previsões governamentais que confirmam que a maior das promessas eleitorais deste Governo vai direitinha para o caixote do lixo. O desemprego vai aumentar durante toda a legislatura, em 2009 vai ser superior ao que era no final de 2004! E, como é mais que evidente, não serão criados os tais 150 000 postos de trabalho que o PS prometia! Seria bom que o Governo, em vez de perder tempo com a obsessão do défice e com o novo «discurso da tanga», começasse finalmente a apresentar medidas para combater e impedir o alastramento de um flagelo social que, segundo as últimas estimativas, se aproxima rapidamente dos 10% da população activa. Mas não é no Programa de Estabilidade e Crescimento que estão as soluções para combater o desemprego. No Programa que o Governo nos apresenta o que consta, sem qualquer dúvida, são as medidas para continuar a fazer aumentar o desemprego.

Em terceiro lugar, este Programa de Estabilidade e Crescimento é um programa para o reforço e o agravamento das injustiças sociais em Portugal.

De um lado, temos o ataque feroz aos direitos dos trabalhadores e dos funcionários públicos, a eliminação de direitos, o aumento da idade da reforma, a diminuição do valor das pensões; temos os cortes brutais nas comparticipações dos medicamentos em geral e dos genéricos em particular, o congelamento de carreiras e a não contagem de tempo de serviço; temos um conjunto de medidas que visa, de facto, contribuir para o despedimento de funcionários públicos, para despedir investigadores, professores, médicos ou enfermeiros; temos uma política salarial que impõe uma sistemática perda de poder de compra e que quer condenar Portugal a um modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários e na desqualificação.

Do outro lado, temos um conjunto de medidas paliativas, um sem número de grupos de trabalho e de comissões que, no fundo e no fundamental, visam tão somente adiar (para eventualmente poder aligeirar ou esquecer) a urgente tomada de medidas concretas que ataquem os benefícios individuais e colectivos dos verdadeiros privilégios instalados neste País.

Não tentem enganar ou iludir a opinião pública com as anunciadas medidas para cortar nas regalias dos titulares dos cargos políticos. Se tivesse havido vontade, há muito que tais regalias não existiriam, bastaria que tivessem ouvido e aprovado muitas das propostas que durante anos e anos fizemos, infelizmente sem resultados.

Não tente o Governo «esconder o sol com a peneira» ou «atirar areia para os olhos dos portugueses». A verdade, tal como o azeite, acabará por subir e aparecer com nitidez. E a verdade é que o Programa de Estabilidade e Crescimento se baseia em duas opções centrais: tentar responsabilizar os trabalhadores e os funcionários públicos pela situação orçamental e transformá-los em bodes expiatórios; manter o essencial das regalias para os «trutas» deste país, não combatendo com vontade e eficácia a evasão, a fuga, os benefícios, os privilégios fiscais, não eliminando o sigilo bancário e mantendo intocável o rega-bofe dos paraísos fiscais!

Uma última ideia permite concluir que o Programa de Estabilidade e Crescimento do actual Governo é uma espécie de edição revista e aumentada da coleção de receitas e medidas que em 2001/2002 a dupla Durão Barroso/Ferreira Leite aplicou aos portugueses.

Tal como então, os seus efeitos e consequências vão de novo abater-se sobre a generalidade dos trabalhadores deste país. E tal como em 2002 não irão resolver os problemas que se propõem superar. Em vez de crescimento, quando muito teremos estagnação. Em vez de emprego, teremos mais desemprego. Em vez de convergência, teremos mais divergência. Em vez de maior capacidade produtiva, teremos uma maior dependência externa.

O programa de privatizações anunciado a par da crescente desresponsabilização do Estado na economia e de orientações cada vez mais nítidas e claras de diminuição do papel do Estado na segurança social e na Administração Pública constituem opções bem claras que unem os fundamentos e fazem convergir as práticas governamentais de 2002 com as que hoje são as prioridades centrais do actual Governo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — A realidade é que, tal como já aconteceu com o PEC de Durão Barroso e de Ferreira Leite, também o PEC de José Sócrates e de Campos e Cunha acaba por não conseguir controlar o défice. E, mais cedo do que tarde, lá teremos de voltar a discutir novas medidas adicionais — que, aliás, o Governo já anuncia mas se recusa a explicitar — para que se continue a fazer pagar ainda mais aos portugueses, em geral, e aos trabalhadores, em particular, as nefastas consequências das políticas neoliberais que nos são impostas por Bruxelas.

Mas amanhã, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tal como no passado recente, os portugueses saberão encontrar uma resposta firme que permita criar uma verdadeira alternativa — porque a há, Sr. Ministro! — para este país e para este povo.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Só por si, o Programa que discutimos revela uma má opção estratégica. Não adianta nada de novo ou significativo no sentido do combate à despesa, do emagrecimento de um Estado que gasta muito mais do que pode e que com isso dá causa primeira ao descontrole das contas públicas.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Apostava erradamente em medidas pelo lado da receita, designadamente pedindo aos cidadãos e às famílias que paguem mais e mais impostos, apesar de os saber já penalizados muito para além do razoável. Ou seja, o Estado, que, não dando o exemplo, gasta para além das suas possibilidades é o mesmo Estado que exige mais e mais a quem menos pode. O que é um mau princípio.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Seja como for, o Programa que discutimos, quando conjugado com o discurso feito há pouco mais de uma semana pelo Primeiro-Ministro, com a campanha feita pelo Partido Socialista e com o seu exercício na oposição é algo que revela muito mais.

Bastaram três meses, três meses apenas, para que um Governo legitimado por uma maioria absoluta, conseguida com base em garantias dadas, se revelasse completamente. Revelou-se pelo não cumprimento da palavra dada, pelo exercício do populismo fácil (em muitos casos até lamentável) e pelos enganos cada vez mais visíveis.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Seria difícil encontrar melhor exemplo de como, em política, um discurso que conveniente foi repetidamente traído em tão pouco tempo pela prática que o contrariou; de como o que era o «discurso da tanga» passou a exercício de verdade; de como medidas erradas do passado são hoje a solução para todos os males; de como promessas feitas rapidamente se transformaram em simples erros de avaliação.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas também assim se demonstra completamente como foi imerecida a maioria absoluta do Partido Socialista.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Para que não restem dúvidas, deixo aqui alguns exemplos, começando pela justificação apresentada pelo Governo para o aumento de impostos. Esta justificação tem sido a de que a previsão de défice de 6,8 %, apontada pelo «relatório Constâncio», está acima da estimativa que o Partido Socialista fazia.

Disse há pouco o Sr. Ministro das Finanças que o Ministro Bagão Félix já saberia que o défice seria de 6,5%.

**Vozes do CDS-PP**: — Exactamente!

O **Orador**: — Mas o que não se comprehende, Sr. Ministro das Finanças, é que não se lembre também como, já em 12 de Novembro de 2004, em entrevista ao semanário *O Independente*, V. Ex.<sup>a</sup> disse que o défice de partida para o Orçamento do Estado para 2005 é de 6,5%.

**Vozes do CDS-PP**: — É curioso!

O **Orador**: — Está aqui o artigo, a entrevista, que não o deixa mentir, Sr. Ministro das Finanças! E há pouco dizia o que disse do Ministro Bagão Félix?! V. Ex.<sup>a</sup>, que, já em Novembro de 2004, sabia que o défice ia ser de 6,5%, fica calado como se nada tivesse dito?!...

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Acha isto normal, Sr. Ministro das Finanças?!

*Aplausos do CDS-PP.*

E isto tem um significado muito importante, que é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro tinha já afirmado que, no que toca a 2005, o défice seria sempre superior a 5%. Ora, o Sr. Primeiro-Ministro sabia que o défice era superior a 5%?! V. Ex.<sup>a</sup> sabia-o claramente! V. Ex.<sup>a</sup> que, de resto, é um eminent catedrático, afirmou-o, em entrevista, a um órgão de comunicação social de referência.

Mais: prometeram que não aumentavam os impostos sabendo desse facto e agora vêm afirmar que, afinal, a justificação para o aumento dos impostos é uma previsão de défice que não conheciam?! Isto não é sério, Sr. Ministro das Finanças!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é sério e cabe-nos a nós, obviamente, denunciá-lo!

Mas cabe-nos também denunciar muito mais, pelo que passo a outro exemplo. Em campanha, como agora no Governo, o Primeiro-Ministro afirmou: «não seguiremos a via de usar receitas extraordinárias que mascaram o valor real do défice(...).».

Todos nos lembramos do que a propósito foi dito pelo Partido Socialista quando o Ministro Bagão Félix ponderou a possibilidade da venda de património do Estado.

Pode até ler-se no site do Partido Socialista como, em 18 de Dezembro de 2004, o Secretário-Geral do Partido Socialista, José Sócrates, acusou o Governo de falta de transparéncia e de desprezo pelo património do Estado português, ao assumir uma operação de venda de património público. E continua nos seguintes termos: «Ao que nós chegámos. Agora vale tudo» — criticou o Secretário-Geral do Partido Socialista, considerando que a venda de edifícios do Estado é um acto «irresponsável e leviano». «Portugal não tem património a mais. Portugal tem é um Governo que já está a mais».

Pois é! Só que a garantia de não recorrer a receitas extraordinárias (percebe-se agora!) é também falsa. Basta ler o Programa de Estabilidade e Crescimento!

Isto para não falar da venda de património do Estado e de edifícios, em particular. Senão, Sr. Ministro das Finanças, veja o que diz a página 41 deste relatório, onde se pode ler que: «O Governo irá propor, ainda no decurso de 2005, regras objectivas e céleres para a reclassificação de tipo de uso e para a atribuição de índices urbanísticos a imóveis que são propriedade do Estado (...) com vista à sua progressiva alienação».

Então, em que ficamos, Sr. Ministro das Finanças? No que disse há uma semana o Sr. Primeiro-Ministro, ou seja, que não recorreríamos a receitas extraordinárias, ou no que diz agora o Programa de Estabilidade e Crescimento, isto é, que afinal vão recorrer a receitas extraordinárias?

**Vozes do CDS-PP:** — Pois é!

**O Orador:** — Já agora, em que é que ficamos também sobre a venda de edifícios, que antes era um vale tudo e agora já não é um vale tudo? De repente deixou de ser um acto irresponsável e leviano?

**Vozes do CDS-PP:** — Exacto!

**O Orador:** — Ou Portugal agora, em três meses, já passou a ter património a mais, ao contrário do que dizia o Sr. Primeiro-Ministro quando em campanha eleitoral, como Secretário-Geral do Partido Socialista?

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Foi uma opinião a título pessoal!

**O Orador:** — Mas tenho vários outros exemplos, Sr. Ministro das Finanças.

Uma nota curiosa: há pouco falava-se do desemprego. De facto, o Eng.<sup>º</sup> José Sócrates afirmava como com 150 000 novos postos de trabalho conseguira recuperar o emprego perdido.

Bom, só que o que se vê neste Programa de Estabilidade e Crescimento é que a taxa de desemprego prevista para 2009 é de 6,9% e a taxa de desemprego de 2004 era inferior, porque era de 6,7%!

Então, pergunto: como é que o Governo do Partido Socialista vai criar 150 000 novos empregos, combater com isso o problema do desemprego e ter, em 2009, uma taxa de desemprego superior à de 2004? Bem se vê que é mais uma promessa que morreu, neste caso a promessa do combate ao desemprego e dos 150 000 postos de trabalho. E tudo isto verifica-se em apenas uma semana!

Mas verifica-se muito mais, ao nível procedural e ao até nível dos erros no plano legislativo. É o caso, por exemplo, da manutenção das SCUT e do aumento do imposto sobre produtos petrolíferos — de resto, consignando ilegalmente receitas, em violação do artigo 7.<sup>º</sup> da lei de enquadramento orçamental, questão que o Deputado Álvaro Castello-Branco colocou ao Sr. Ministro das Finanças e que não obteve resposta.

Aliás, o mesmo posso dizer a propósito da consignação das receitas do IVA e em relação à seguran-

ça social, questão a que o Sr. Ministro também não respondeu, pois também este é um procedimento ilegal. A lei de enquadramento orçamental não o contempla e V. Ex.<sup>a</sup> (que é um ilustre catedrático, repito) sabe-o e não pode permiti-lo.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Impõe-se também uma palavra a propósito das medidas de divulgação pública da lista de empresas com dívidas de natureza fiscal e contributiva em mora. Bem se vê que o Governo prevê e pretende que empresas com dívidas por razão contributiva tenham o seu nome publicado numa lista oficial, mas nada diz em relação ao Estado, o que não se comprehende.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Por que razão é que uma empresa que deve IVA ou contribuições à segurança social há-de constar numa lista pública e o Estado, que às vezes deve IVA em valor muito superior, que daria para compensar esses créditos, dela não consta?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque uma empresa, que às vezes tem mau nome porque o Estado não lhe paga, é com isso prejudicada!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Tinha muitos outros exemplos para aqui deixar destas incoerências manifestas numa acção governativa, que começam a ser demasiado visíveis para que as pessoas delas não se apercebam com toda a facilidade. De todo o modo, teremos muitos outros debates nos quais tencione referi-las.

Antes de terminar, gostaria ainda de dizer ao Governo que nos parece que vão por mau caminho: V. Ex.<sup>a</sup> e o Governo que aqui está presente prometem mas não cumprem; exigem mas não dão o exemplo; querem o resultado mas erram nas opções. E só agora começaram!...

Podem saber que contarão connosco em tudo quanto nos demande o interesse nacional. Saiba o Governo aproveitar a oportunidade que os portugueses lhe deram e, principalmente, não defraude a justa expectativa que o Partido Socialista lhes criou. Se o fizer, perderemos todos, a começar por Portugal.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Baptista.

**O Sr. Victor Baptista (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Programa de Estabilidade e Crescimento redefine uma nova estratégia de desenvolvimento económico e de consolidação das contas públicas para o período de 2005-2009.

A necessidade de uma nova estratégia resulta da consciência da necessidade de reformas estruturais, agora inadiáveis, depois da apresentação do relatório da comissão independente presidida pelo Governador do Banco de Portugal, Dr. Victor Constâncio, tornado público em 23 de Maio, cujo conteúdo é, por si só, justificativo das medidas já anunciadas.

Neste relatório, na óptica da contabilidade nacional, surpreendentemente, o total do saldo negativo — o défice — das administrações públicas, segundo as correcções efectuadas e devidamente explicitadas, totaliza 9 552,5 milhões de euros, em vez dos 3 999,8 milhões de euros previstos no relatório que acompanhava o Orçamento do Estado para 2005.

A diferença entre a previsão orçamental e a correcção agora estimada é superior em 138,8%, uma diferença claramente demonstrativa de um orçamento gravemente alheado da realidade — para não lhe chamar um orçamento-fantasia —, cuja execução conduziria a um défice de 6,83%, contra a previsão inicial de 2,86%.

Também a dívida estimada das administrações públicas, segundo o relatório do Orçamento, ascenderia no final do ano a 61,8%, e agora, em face das correcções, estima-se em 67,2%.

Estamos aqui com a maior tranquilidade e serenidade não para avaliar o passado, ao contrário de outros tempos, mas, sobretudo, para debater os caminhos do futuro do País, porque consideramos isso mais importante.

E é neste contexto que o Governo, com coragem e com determinação, contrariando aqueles que já iam afirmando que ele não governava, nos apresenta um PEC que insere medidas e reformas constantes de uma estratégia de desenvolvimento económico e de consolidação das contas públicas para o período de 2005-2009, criando as condições necessárias para um crescimento económico sustentado.

Ao contrário da opinião de alguns, pelos vistos, este é o PEC de que Portugal precisa. Desde logo, porque a redução do défice é feita do lado da receita, agindo-se, simultaneamente, do lado da despesa, com a consciência de que nesta terão de ser sobretudo medidas estruturais a contribuir para o «emagrecimento» do Estado. As reformas estruturais do lado da despesa pública levam sempre mais algum tempo não só a concretizar como a produzir efeitos significativos de poupança orçamental.

A redução do défice impõe não só o cumprimento dos compromissos assumidos aquando da adesão à moeda única mas sobretudo permite travar a dinâmica desfavorável da evolução da dívida pública, antes que esta cause danos relevantes à economia portuguesa, em particular na capacidade de o País se financiar nos mercados financeiros.

A consolidação orçamental assentará na reforma da Administração Pública; na promoção das condições de sustentabilidade a longo prazo da segurança social; na criação de incentivos para a melhoria da qualidade da despesa pública; na simplificação e moralização do sistema fiscal e combate à evasão e fraude fiscais; e na prossecução de uma política de privatizações que permita a redução do peso do Estado no sector empresarial da actividade económica, favorecendo o uso eficiente dos recursos económicos na procura da consolidação e sustentabilidade das finanças públicas.

Ao contrário de algumas vozes dissonantes, mais identificadas com as propostas e soluções do passado, cujos resultados foram e são mais do que visíveis, este PEC não esquece a importância do investimento público, em particular o não comparticipado pela União Europeia, que crescerá significativamente até 2009 a um ritmo médio de 15% ao ano. Investimento este prioritariamente dirigido para o conhecimento, para a qualificação dos recursos humanos, para o desenvolvimento tecnológico e para a inovação, de acordo com os pressupostos definidos na Estratégia de Lisboa e no Plano Tecnológico.

Analizando os efeitos directos cumulativos das principais medidas de consolidação de combate ao défice, verificamos que, ainda no decurso deste ano, o Estado espera aumentar as receitas em 710 milhões de euros e, simultaneamente, haverá uma poupança do lado da despesa que totalizará cerca de 125 milhões de euros. Esta política traduzir-se-á por uma descida do défice já no corrente ano para 6,2%.

A previsão orçamental inserida no PEC estima o crescimento da receita até 2009 no montante de 12 790 milhões de euros, dos quais 37% resultarão do combate à evasão fiscal e da eliminação de benefícios fiscais.

Na consolidação da despesa resultante das medidas anunciadas, estima-se uma poupança da ordem dos 10 000 milhões de euros, ao contrário do valor aqui referido de 7800 milhões de euros, que representa 48,4% do total dos efeitos.

Estamos em presença de um programa não só de estabilidade mas também de crescimento, ao qual o investimento não é, nem poderia ser, alheio, baseado numa política económica e social que aprofunda a confiança, a coesão e o desenvolvimento. Nessa medida, reitera o princípio e o compromisso político de que a redução da despesa não pode ser feita à custa dos mais pobres e introduz um complemento de rendimento para combate à pobreza dos cidadãos mais idosos com um valor estimado de 500 milhões de euros.

Estamos em presença de um Programa que contribuirá para o crescimento real de produto interno bruto a variar, entre 2006 e 2009, de 1,4% e 3%, respectivamente; para um saldo positivo da balança de transacções correntes a partir de 2006; para a redução da taxa de desemprego a partir de 2007, tendente sempre à descida, que contribuirá para o cumprimento do compromisso da criação de 150 000 novos postos de trabalho; e para a redução do défice orçamental, baixando de 6,2% em 2005, para 2,8% em 2008 e para 1,8% em 2009.

Aliás, esta política, se dúvidas existissem sobre ela, está a merecer a confiança de personalidades insuspeitas como António Borges, Pacheco Pereira e até Cavaco Silva.

Este Programa procura a estabilidade a curto prazo e estamos certos de que lançará de novo Portugal no caminho do crescimento. E a atestá-lo está o Comissário Almunia, que ainda hoje, em declarações, afirmou que é uma política corajosa, uma política que irá produzir os seus efeitos.

Temos a certeza de que desta vez, ao contrário de outros tempos, temos uma política orientada para o médio prazo, uma política que conduzirá o País a outros tempos, aos tempos do desenvolvimento.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos entrar na fase de encerramento do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Gostaria de começar por referir que o verdadeiro Programa deste Governo foi hoje apresentado formalmente à Assembleia da República. O outro que discutimos no início da Legislatura era falso, porque continha um conjunto de princípios, alguns deles bastante louváveis, que, de facto, pelo que percebemos hoje, não são para levar à prática. O verdadeiro Programa do Governo do Partido Socialista foi hoje apresentado formalmente à Assembleia da República, três meses depois da tomada de posse do Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Penso que, lá fora, os portugueses precisam de ter uma completa consciência daquilo que o Governo está a propor e das medidas concretas que vêm estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento. E, eventualmente, até será útil para alguns membros do Governo ouvir as diferentes perspectivas dos diferentes grupos parlamentares sobre esta matéria para despertarem para algumas das medidas que, pelos vistos, vêm lá contempladas mas não são do seu conhecimento, como o Sr. Ministro, ainda há pouco, acabou por confirmar aqui à Assembleia da República.

Então, vou elencar algumas dessas medidas que consideramos profundamente preocupantes e que vêm retirar de facto bem-estar e qualidade de vida à generalidade dos portugueses.

O Governo propõe o aumento do IVA de 19% para 21%. Disseram, na altura da campanha eleitoral, que não aumentavam impostos.

O Governo sabe que o desemprego vai aumentar. Diz que vai diminuir, mas não diz a partir de quando é que conta. Agora, aquilo que o Programa nos diz é que, em 2009, vamos ter mais desemprego do que tínhamos em 2004. O Governo tinha prometido a criação de 150 000 postos de trabalho, mas nunca soube dizer à Assembleia da República para quando, como e onde é que os vai criar.

**Vozes do PSD**: — Para as calendas!

A **Oradora**: — O Governo propõe o fim das progressões automáticas nas carreiras na função pública, diz que é um incentivo ao melhor desempenho. Pois nós, Os Verdes, dizemos que é a promoção do clientelismo na Administração Pública. Manter-se-ão as quotas de progressão? É que, se assim for, então, não é mesmo para dar lugar ao mérito mas, sim, ao clientelismo.

O Governo propõe moderação salarial. Continuarão os baixos salários e a redução do poder de compra dos portugueses, especialmente tendo em conta as taxas de inflação e o aumento dos impostos proposto.

O Governo propõe um bolsa de supranumerários para despedir funcionários públicos.

O Governo propõe o aumento dos custos da educação com o fim da atribuição de turmas e de remuneração aos estagiários pedagógicos do ramo educacional, pondo as famílias a pagar mais por este ano aos estudantes que estiverem a fazer este estágio.

O Governo propõe o aumento da idade da reforma.

O Governo tinha no seu Programa Eleitoral, antes das eleições, as pensões mínimas de 300 euros relativamente aos reformados, mas o certo é que viemos depois a saber que, afinal, é só para quem conseguir ultrapassar a esperança de vida e lá para depois dos 80 anos. É progressivo, mas começa assim de uma forma tão limitada e não há quaisquer garantias relativamente a esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A obsessão pelo défice voltou. As soluções apontadas pelo Governo estão direcionadas para dois caminhos perigosos: aumento de impostos indiretos, profundamente injusto, e um ataque cerrado à Administração Pública, exactamente na mesma lógica em que o governo PSD/CDS-PP andava.

Consideramos profundamente inquietante que este Programa de Estabilidade e Crescimento não contenha algumas questões que, na nossa perspectiva, seriam importantes. Por exemplo, em relação à redução da despesa, nada fala sobre a derrapagem financeira permanente nas obras públicas em Portugal, nem sobre a contratação de serviços externos que o Estado pode perfeitamente assegurar de forma muito mais barata, designadamente como encontramos recorrentemente na área da saúde.

Sobre o aumento da receita, continuo a não perceber porque é que o Governo nada diz sobre a possibilidade de ponderar a criação de um imposto sobre as grandes fortunas. Penso — é a conclusão que retiro da não resposta — que o Governo sabe que seria um imposto justo, mas não quer tributar os ricos. O Governo nada diz sobre esta matéria, e isso é preocupante.

Sobre as privatizações, o Governo quer injectar dinheiro no Estado com as privatizações...

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, terminou o seu tempo.

A **Oradora**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, sobre as privatizações, o Governo quer injectar dinheiro no Estado, mas não sabemos quando nem que empresas não ser privatizadas, não ponderando a desresponsabilização do Estado e, certamente, fazendo as pessoas pagar mais por essas privatizações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na nossa perspectiva, estamos perante propostas e políticas erradas. Temos um Programa de Estabilidade e Crescimento subordinado a um Pacto de Estabilidade e Crescimento ao qual muitos povos na Europa estão a dizer «não».

Os portugueses devem encontrar todas as formas de participação para contestar estas propostas e é preciso alertá-los para o mal que o Governo aqui lhes está a fazer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Chegámos ao fim deste debate exactamente como tínhamos começado: não sabemos mais sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento ou sobre como ele se vai concretizar, e permita-me que lhe diga que se fica com a impressão de que o Governo também não tem noção sobre como vai concretizar este Programa.

Há, aliás, um esclarecimento que importa dar aos portugueses e que é o seguinte: o Governo tem argumentado que este Programa pretende distribuir os sacrifícios por todos; ficamos agora a saber que ele tem todas as características das políticas anteriores e que lhes acrescenta alguns sacrifícios novos. Mas, em contrapartida, sobre a coerência da estratégia, o Sr. Ministro não esteve em condições de dar qualquer esclarecimento ao País ou à Assembleia.

Quero dar-lhe três exemplos, sendo o primeiro sobre as privatizações: o Sr. Ministro de Estado e das Finanças disse-nos que o plano de privatizações será definido no futuro Conselho de Ministros. É natural que assim seja, mas não nos disse como se concretiza um projecto que tem tanta importância como o valor com que as privatizações devem contribuir para a alteração do *ratio* da dívida pública.

Sr. Ministro, repare que era natural que lhe perguntássemos que privatizações é que pretende fazer. Por duas razões, era imperativo que houvesse uma boa resposta: as privatizações têm sido obscuras e queremos uma resposta clara do Governo mas, por outro lado, o Sr. Ministro diz-nos que, com privatizações, quer obter cerca de 5000 milhões de euros, isto é, tanto como a redução efectiva do défice ao longo destes anos.

São grandes números, são valores extraordinários, e, apesar disso, o Governo, que apresenta aqui estratégia para a redução do défice, nesta matéria prefere nada dizer. Ora, há ligeireza nesta resposta. O Sr. Ministro pretendeu deixar tudo na mesma neste capítulo.

Em segundo lugar, quis dizer-nos que sobre a evolução do desemprego há um critério que o Governo vai adoptar: o Governo diz-nos que governará bem se, no final da Legislatura, a taxa de desemprego for inferior à taxa de desemprego do governo anterior. É um bom critério, Sr. Ministro, aliás, concordamos com ele. Mas a taxa que o Governo está a prever, neste ano, 2005, é de 7,5%; a taxa que o Programa prevê, para 2009, é de 7,4%, ou seja, uma redução de uma décima, exceptuando a criação de novos empregos, em função das entradas no mercado de trabalho.

Portanto, o que o Governo está a dizer é que, na melhor das hipóteses, criar-se-ão alguns empregos, respondendo às entradas no mercado de trabalho, e não se reduzirá o desemprego em relação ao nível actual, o que, evidentemente, é um fracasso político.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Compara 7,5% com 7,4%, que são os números do Governo, mas acresce ainda que isto depende da previsão para 2009.

Sr. Ministro, entendamo-nos bem: prever o crescimento do produto para 2009 tem tanta credibilidade como o Sr. Ministro anunciar-nos que, no dia 16 de Setembro, às 17 horas, vai chover na Amadora! Tem exactamente a mesma credibilidade!

*Risos do BE e do PCP.*

Ninguém pode prever qual vai ser o crescimento em 2009, o que podemos, sim, prever é o efeito do caminho até lá, que é o caminho da recessão. Portugal está em estagnação, prevê-se um crescimento de 0,8% e o caminho que o Governo sugere acentua esta dificuldade.

Veja bem que o seu cenário de base assenta num aumento da procura externa relevante: 7% ao ano!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças não vai defender essa previsão aqui. Por isso mesmo, o que vemos — e com isto concluo — é que temos as mesmas receitas do governo anterior, com medidas mais duras ainda, na base de hipóteses de previsão que são totalmente inverosímeis, anunciando-nos que o desemprego não se reduz e que os sacrifícios

continuam para os suspeitos do costume. É por isto, Sr. Ministro, que esta obsessão do défice é tão prejudicial à economia portuguesa e tem, naturalmente, a nossa frontal oposição.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quero chamar a atenção para que, até ao final do debate, está a decorrer a eleição de um membro para a Comissão Nacional de Protecção de Dados e de três outros para a Comissão Consultiva do Instituto do Ambiente. As urnas encontram-se à vossa esquerda, na Sala.

Agradeço, pois, àqueles que ainda não tenham exercido o seu direito de voto que o façam até ao final do debate.

Para intervir no encerramento deste debate, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os portugueses têm uma ideia clara que o País vive uma crise e que, para superar esta crise, é necessário agir com determinação e coragem. Mas não nos enganemos: os portugueses não consideram as medidas anunciadas convincentes nem credíveis.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses acham mesmo que há qualquer coisa que não «soa muito bem» em toda esta história, no suspense de quase dois meses sobre o que é que o Governo iria fazer, no relatório e no pacote de medidas que, no final de contas, está nos antípodas das promessas eleitorais que foram feitas. Isto justificado pela «surpresa» dos números.

Sobre a «surpresa», não iria tão longe como António Barreto, num artigo de referência intitulado «Dilema». Barreto põe aí duas hipóteses: a mentira ou a incompetência. Julgo (permitam-me, nesta matéria, ter opinião pessoal, está na moda, agora, ter opiniões pessoais)...

*Risos do CDS-PP.*

... que aqui não há dilema, pois as duas hipóteses coexistem com «grande encenação». Também não há uma hipótese única, porque hoje outros Deputados aqui se referiram a esta hipótese.

Volto a repetir, em síntese, o que tem sido a nossa posição: o equilíbrio orçamental deve ser conseguido, predominantemente, através da redução da despesa e não do aumento da receita.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é o que diz o Governo!

O **Orador**: — Aqui há uma linha de separação: entendemos que devem ser eliminadas as causas do défice. O Governo socialista entende que deve coexistir com o défice, controlando-o através de mais impostos.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O **Orador**: — O desequilíbrio das contas é do País, não é do Governo. Todos temos de resolvê-lo.

Mas há que reconhecer que este Governo dispõe de um quadro de actuação muito mais facilitado do que aquele que tiveram os anteriores governos do PSD e do CDS. Desde logo, pela flexibilização do PEC e, em segundo lugar, pela atitude da oposição.

**Vozes do CDS-PP:** — É verdade! Muito bem!

O **Orador**: — Nenhuma, repito, nenhuma das medidas do anterior governo beneficiou de qualquer apoio ou, sequer, de compreensão razoável por parte da oposição socialista.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O **Orador**: — É bom lembrar o tom apocalíptico das críticas quando foi anunciado o fim da bonificação das taxas de juro ou o fim dos benefícios fiscais para os planos de poupança!

Até estou convencido que muitos dos que votaram no Partido Socialista votaram convencidos que iam poder comprar residência secundária, de novo, com a bonificação das taxas de juro.

**Vozes do CDS-PP:** — É verdade! Muito bem!

**O Orador:** — Hoje, o Governo conta com o apoio ou, pelo menos, com a compreensão, da ex-maioria para as medidas que dizem respeito à redução da despesa do Estado, embora estejamos muito atentos a algumas incoerências de natureza social.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Apoaremos, sem qualquer dúvida, as medidas inteligentes que reforcem a luta contra a evasão fiscal, área onde o anterior governo teve um sucesso provado e reconhecido.

*Risos do PCP.*

Mas é evidente que não podemos apoiar esta subida do IVA nem o aumento sobre os produtos petrolieros, pela implicação na saúde da economia e, particularmente, na das empresas.

**O Sr. Álvaro Castello-Branco (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Se o caminho é o da redução da despesa, é essencial terminar com o mito da gratuidade de todos os serviços públicos. E como o Governo parece estar em certos aspectos em «trajectória rectificativa», gostaria de lembrar-lhe, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, mais uma vez o problema das SCUT.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — VV. Ex.<sup>as</sup> transformaram-no em falsa «bandeira de firmeza», mas eu gostaria de, reincidemente, insistir e chamar a atenção para o facto de o problema das SCUT não ser apenas o de um custo de 700 milhões de euros, por ano, durante cinco anos. É muito dinheiro! Representa 0,5% do PIB!

Vamos estar muito atentos para ver se este Governo mantém no pacote dos investimentos, por exemplo, a anterior promessa de construir as auto-estradas Vila Real/Bragança e Castelo Branco/Portalegre. Isto é importante, porque se o Governo as vai fazer, e porque são regiões do interior e pobres, não vemos outra solução que não seja segundo o regime SCUT.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

**O Orador:** — Isso vai elevar o patamar da factura das SCUT para cerca de 900 milhões de euros por ano.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Então, iremos ter mais de 20% do nosso défice, em 2009, no caso de atingir os 3% — e eu desejo que se atinjam os 3% em 2009 —, hipotecado às SCUT. Isto não é despiciendo, Sr. Ministro das Finanças, sobretudo porque essa factura vai impedir a correcta conservação do nosso património rodoviário e o desenvolvimento dos sistemas de acessibilidades complementares, base do desenvolvimento económico que era suposto ser o objectivo último das SCUT.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

**O Orador:** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que o Governo tenha uma atitude de coragem nesta matéria e de bom senso. E por falar em bom senso, pensem bem na questão das declarações do IRS e do IRC. Não falo por nós, políticos, que já temos o dever de apresentar essas declarações, mas também as do património. É provavelmente mais um dos tais privilégios injustificados, o facto de termos de apresentar todas estas declarações,... mas esta é uma questão complexa e toca em questões de segurança. É uma medida ineficaz e populista.

*Risos do PCP.*

Pelo que me toca, Srs. Ministros, sempre fui contra todas as espécies de populismo, fossem de direita ou de esquerda.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para intervir no encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo resolveu ignorar as afirmações do então candidato a Deputado José Sócrates, na última campanha eleitoral. Dizia ele que o problema fundamental do País não era o défice, era a economia. Isso já lá vai! Com este Programa de Estabilidade e Crescimento, a obsessão, o grande problema, é outra vez o défice. É outra vez um Programa que compromete a recuperação da economia e do emprego. Mas, mais do que isto, perante o défice, a opção é, mais uma vez, o corte na despesa e não no fundamental, o aumento da receita socialmente justo. O Governo diz isto, com clareza, ao contrário do que pareceu querer afirmar o Sr. Deputado do Partido Socialista.

O Governo diz no seu Programa: faz sentido que a estratégia de consolidação orçamental adoptada pelo Governo assente primordialmente no controlo firme do crescimento da despesa corrente primária, identificada como a principal fonte dos problemas orçamentais portugueses.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Assim se vê que o Governo não demonstra vontade de atacar a sério os privilégios fiscais da banca e dos grandes grupos económicos. Aliás, o que temos em matéria de receita fiscal é, outra vez, o aumento do imposto cego, o IVA, que onera mais os pobres do que os ricos.

Este é um Programa de sacrifícios. Mas é preciso que fique claro que os sacrifícios não são para todos ou, pelo menos, não o são por igual. A continuada penalização que, ao longo dos últimos anos, sofreram os trabalhadores e os reformados, os pequenos e médios empresários, está em chocante contradição com o aumento que, no mesmo período, tiveram os lucros da banca, do sector financeiro e dos principais grupos económicos. E se está bom de ver que nem todos partem do zero para os sacrifícios, as medidas anunciadas confirmam que o que se prepara é uma política de forte penalização dos mesmos de sempre, enquanto que, para os beneficiados do costume, se anunciam tímidas limitações nas benesses, aliás, na sua maioria de conteúdo e resultados ainda incertos.

Já ouvimos a chantagem da banca a ameaçar com o aumento das taxas de juro, se o Governo se «atrever» a mexer nos seus privilégios fiscais. É um escândalo!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Este Programa terá, por outro lado, graves consequências económicas e sociais, incorrendo no mesmo erro do anterior programa dos governos PSD/CDS: anuncia a obsessão do défice para o resolver mesmo à custa da economia, quando a verdade é que só salvando a economia se resolverá o problema do défice. A prioridade deve ser para o combate ao desemprego, para a defesa e aumento da nossa produção, para o aumento do investimento e dos salários.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Só a recuperação da economia e do emprego permitirá, adiante, o equilíbrio das contas públicas.

Mas a marca fundamental deste Programa é, sem dúvida, o aumento do desemprego. O desemprego será, mesmo nas previsões do Governo, maior, em 2009, do que é, agora. Este é o principal flagelo da nossa sociedade e devia ser a prioridade do Governo, como, aliás, o PS prometeu na campanha eleitoral.

Só nos faltava agora que o Governo, daqui a uns anos, nos viesse dizer que tinha cumprido a promessa de criação de 150 000 novos empregos, só que, entretanto, tinham desaparecido muitos mais.

Este Programa é contra o emprego e é fomentador do desemprego em Portugal; é também um Programa de continuação da desigualdade social e da distribuição da riqueza. Isso é desde logo visível, para além da evidente manutenção, no fundamental, da iniquidade fiscal que existe no nosso país, na política salarial anunciada, que em nada difere da anterior.

O Governo continua a anunciar a moderação salarial, isto é, a diminuição real dos salários, a começar pelos dos trabalhadores da Administração Pública. Aliás, continua a insistir nos custos do trabalho como factor determinante da perda de competitividade, quando vários estudos insuspeitos lhes atribuem um papel absolutamente secundário.

No fundo, ao manter esta tónica, o Governo denuncia a sua intenção de conservar o mesmo modelo de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento, ou seja, a pressão nos salários, disfarçada com um plano tecnológico, que já se vai vendo que é pouco significativo, e em parte um repositório de medidas anteriores, aliadas ao ataque às despesas na educação, na formação, essenciais para o desenvolvimen-

to, como se vê com as medidas penalizadoras dos professores e dos professores estagiários que o Governo já anunciou.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Este Programa é grave pelo que diz e é grave pelo que não diz.

Confirma que vão continuar as privatizações sem dizer aos portugueses o que é que do seu património vai ser agora vendido aos interesses privados.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Anuncia estudos e comissões para abordar a questão da segurança social, mas ao não dizer o que se prepara torna legítimo que se suspeite, como o Governo não quer alterar a Lei de Bases da Segurança Social, que se prepara alguma privatização parcial do sistema, a par do já iniciado aumento da idade de reforma.

Em 2009, com este Programa, estaremos com mais desemprego, com um fraco crescimento económico, com um aparelho produtivo mais enfraquecido, com a Administração e os serviços públicos degradados e continuará a divergência com a União Europeia, provavelmente até se manterá o problema do défice público.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Programa de Estabilidade e Crescimento contraria promessas eleitorais. Isso já aqui foi demonstrado.

O Partido Socialista, durante a campanha eleitoral e na altura da discussão do Programa do Governo, dizia que não ia aumentar impostos, mas o Governo vai aumentá-los até ao fim da Legislatura.

O Partido Socialista estava contra a chamada obsessão do défice. Pois o Programa de Estabilidade e Crescimento demonstra que o Governo está preocupantemente obcecado.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O Partido Socialista dizia que ia fazer crescer a economia para resolver o problema do défice. Pois agora o Governo diz querer resolver o problema do défice, mas quanto ao crescimento e à economia logo se verá.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E que dizer do combate ao desemprego, uma verdadeira bandeira eleitoral do Partido Socialista? Vejamos os números previstos: 7,4% em 2005, 7,7% em 2006 e só em 2009 está prevista uma ligeira descida! Para quem tanto prometeu e atacou os governos anteriores os números falam por si.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas os portugueses já perceberam tudo isto. Mais, perceberam que o Governo e o Partido Socialista criaram uma verdadeira encenação à volta do défice, cena que durou mais de dois meses, nomeadamente procurando confundir défice estimado com défice real.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — A encenação e o adiamento não auguram nada de bom para o Programa e para Portugal. O Governo começa mal.

A verdade é que, após um governo de gestão, Portugal tem um Governo de encenação.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é por acaso que este Governo diz que em 2005 tem só seis meses para que as medidas produzam efeitos. Pergunta-se: qual o efeito desta perda de tempo no défice e na consolidação orçamental?

Mais, o Governo começa a dar mostras de que, entre as medidas previstas e as anunciadas, há recuos inaceitáveis: diz que vai fazer mas não faz ou faz de modo diferente e menos penalizador para os interesses corporativos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este debate demonstrou que este não é o Programa de Estabilidade e Crescimento de que Portugal precisa.

Em primeiro lugar, porque a redução do défice é feita sobretudo do lado da receita e não do lado da despesa, o contrário do que seria esperável.

Na realidade, vamos ter aumento de impostos e retirada de recursos às pessoas, às famílias e às empresas. O Governo tenta, verdadeiramente, a consolidação pelo lado da receita. E isto é tanto mais preocupante quando a carga fiscal em Portugal é já muito elevada, e é-o sobretudo a nível dos impostos indirectos (41,9% do total do PIB em 2003). Daí que a carga fiscal nos impostos indirectos não poderá ser, como é, a medida principal.

E como pretende o Governo aumentar a receita fiscal? Com uma mera afirmação de generalidades e muita demagogia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por exemplo, aposta numa quebra do sigilo fiscal que não se sabe que efeitos terá no combate à fraude e evasão fiscais, em detrimento da quebra do sigilo bancário, esse, sim, comprovadamente com efeitos positivos ao nível da receita noutros países.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tudo isto mantendo o escândalo das SCUT num país com problemas financeiros e orçamentais.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E quanto à despesa?

Por um lado, o Programa de Estabilidade e Crescimento não tem em conta os efeitos negativos do aumento dos impostos sobre a actividade económica. Os números desmentem o Governo quando afirma que nos dois primeiros anos o ajustamento é feito pelas medidas geradoras de novas receitas e, nos dois últimos anos, o efeito preponderante será já o da redução do peso das despesas públicas. Já aqui ficou provado que os números demonstram claramente o contrário, pelo que não há uma perspectiva concreta de consolidação orçamental do lado da despesa.

Por outro lado, o PSD não aceita o verdadeiro ataque que este Programa contém e que o Governo faz aos funcionários públicos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O problema não está nos funcionários públicos mas, sim, na dimensão do Estado, na sua desorganização e ineficiência. O problema é que o Governo não quer diminuir a dimensão do Estado. Assim, não reduz a despesa pública e o seu Programa de Estabilidade e Crescimento não atingirá os objectivos.

O mesmo sucede em relação ao investimento público, prevendo o Programa de Estabilidade e Crescimento um aumento de 15% no próximo ano no investimento não comparticipado. Investimento também é despesa, e inútil, se não for produtivo. Nesta matéria, e por aquilo que foi o Partido Socialista no passado, há razões para estarmos preocupados.

O Sr. Deputado Victor Baptista disse que deveríamos falar do futuro. Nós gostaríamos de falar do futuro, mas no relatório do Programa de Estabilidade e Crescimento o Governo faz vários ataques aos governos anteriores,...

**O Sr. Hermínio Loureiro (PSD):** — É uma vergonha!

**O Orador:** — ... o que em nada abonará este Programa quando for apresentado em Bruxelas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins falou em consensos. Sobre consensos gostaria de dizer o seguinte: entendemos que há dúvidas legítimas sobre a capacidade do Governo para concretizar o Programa de Estabilidade e Crescimento, o que é pena, porque o Primeiro-Ministro não aceita consensos...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Exactamente! Ainda se vai arrepender!

O **Orador**: — ... com o PSD nesta e noutras matérias. Quer impor a sua receita. Terá de assumir as consequências.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: Este Programa de Estabilidade e Crescimento vai no bom caminho.

Este Programa é coerente com a estratégia de desenvolvimento económico e de consolidação orçamental que sempre defendemos e que ficou consagrada na resolução votada no Parlamento em 25 de Janeiro de 2003, que importa aqui recordar, como já fez o Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

É bom sublinhar, ao contrário daqueles que afirmam que mudámos de posição de então para cá, alguns aspectos daquela resolução, que acolheu o consenso desta Câmara, que teve o nosso voto e o nosso empenho.

Dizia a resolução ser necessário: «Defender que o equilíbrio nas finanças públicas deve ser articulado com uma política económica e social que aumente a confiança, diminua a incerteza, garanta estabilidade social e promova a actividade económica». Dizia também: «Entender que as políticas sectoriais anunciadas no PEC devem ter uma lógica integradora em ligação com a estratégia de desenvolvimento e ser articuladas de modo a promover a actividade e o emprego». Dizia ainda: «Reafirmar a necessidade de assegurar níveis estáveis e significativos de investimento público, instrumento fundamental para, no horizonte do PEC, garantir a absorção dos fundos estruturais comunitários, acelerar a modernização infraestrutural e promover a convergência real com a União Europeia». Aí está o que deveria ter sido feito, coerente e persistentemente, que o PSD votou e que reuniu o consenso desta Câmara.

Estamos hoje pior, muito pior, porque a situação é mais grave.

**Vozes do PSD**: — Pois estamos!

O **Orador**: — A ausência de políticas certas só poderia conduzir ao agravamento da crise orçamental e económica, mas temos agora a oportunidade, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, de implementar com este PEC uma política económica que leve de novo Portugal a um caminho de crescimento.

Aquela resolução da Assembleia da República fazia apelo à compatibilização de objectivos, elemento fulcral numa política económica e que os senhores nunca compreenderam; à distinção nuclear entre objectivos e instrumentos, entre meios e fins; e à consideração de horizontes diversos no curto, médio e longo prazos. Tal nunca foi conseguido pelos anteriores governos da coligação PSD/CDS-PP. Eles são, hoje, elementos centrais da estratégia enunciada por este Governo. Repito: compatibilização de objectivos, distinção entre objectivos e instrumentos e consideração de metas no curto, médio e longo prazos.

Em política económica, é bom que se diga, com todas as letras, que não há obsessões por um qualquer objectivo! Há prioridades no curto, médio e longo prazos, há objectivos e instrumentos, há meios e fins, mas não há obsessões! Que ninguém venha dizer que esta política económica está eivada de uma qualquer obsessão. Tanto o digo para a direita como a para esquerda!

Desse ponto de vista, este documento consagra os elementos nucleares de uma boa política económica aplicada às condições conjunturais e estruturais portuguesas e aos desafios económicos que o nosso país enfrenta.

Deixem-me sublinhar dois aspectos principais.

O primeiro é que o Governo entende, e bem, a absoluta necessidade de definição de uma estratégia de desenvolvimento, que de resto encontra coerência e fundamento na Estratégia de Lisboa, agora relançada no espaço da União Europeia.

Os pareceres recentes dos Prof. António Simões Lopes e João Ferreira do Amaral são muito importantes desse ponto de vista e dizem o seguinte: «Uma estratégia de desenvolvimento só é exequível numa perspectiva de longo prazo e a sua definição é indispensável, porque só com ela se conseguirá um quadro de referência para as políticas de médio e longo prazos»; «As actuações de curto prazo (...) — sublinho-o — «(...) devem fazer-se com a noção clara de para onde queremos ir».

Este PEC dá-nos resposta sobre o caminho a seguir e para onde ir.

O segundo aspecto a sublinhar é que o Governo reconhece sem equívocos que, do ponto de vista económico, o problema fundamental da sociedade portuguesa é o da competitividade externa. A dolorosa experiência da divergência real, do desemprego, do défice, dos recuos...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vai continuar!

**O Orador:** — ... observados nos sectores produtores de bens transaccionáveis e nas exportações e a incapacidade de captação de investimento estrangeiro são as partes visíveis de perdas de competitividade que urge recuperar.

**O Sr. Presidente:** — Faça o favor de concluir, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Programa de Estabilidade e Crescimento não pode, assim, ignorar, e não ignora, esta realidade nuclear da sociedade portuguesa, que são as suas debilidades competitivas e que determinam, no longo prazo, os níveis de bem-estar dos portugueses.

Posso afirmar com segurança que este PEC integra uma estratégia de desenvolvimento e objectivos de médio e longo prazos, enceta reformas a todos os níveis e desenvolve as políticas públicas necessárias ao estabelecimento de uma tendência de desenvolvimento económico no médio e longo prazos. Por isso, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, felicito o Governo e incentivo-o a que mantenha o rumo e a firmeza na sua actuação.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, que concluirá o debate, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

**O Sr. Ministro de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Vou aproveitar para dar seis esclarecimentos e fazer uma pequena conclusão.

O primeiro esclarecimento tem a ver com as pensões dos funcionários públicos. Gostaria de tranquilizar os funcionários públicos, porque a alteração da regra das pensões, na medida em que mantém os direitos adquiridos até ao final deste ano, tem efeitos relativamente despiciendos nas pensões, nos próximos anos.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — Então, por que é que a propõe?

**O Orador:** — Por conseguinte, está apenas em causa uma convergência entre regimes e nada mais.

*Protestos do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Quanto aos supranumerários, o respectivo quadro já existe, não foi criado por este Governo. O que sucede é que ninguém está nesse quadro, ele está vazio, pelo que é preciso convertê-lo numa bolsa de mobilidade. E essa bolsa de mobilidade, obviamente, não é para levar para Bragança pessoas que estão no Algarve mas para saber se uma pessoa que está em Oeiras pode vir trabalhar em Lisboa ou se uma pessoa que está em Cascais pode ir trabalhar para Oeiras.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — E se disser que não perde o vencimento!

**O Orador:** — É que há sítios onde há funcionários públicos excedentes, mas também há sítios onde eles faltam.

No que respeita aos salários dos funcionários, verifica-se um dos aspectos mais contrastantes da política actual com a política que foi seguida há três anos atrás: não se optou pelo congelamento dos salários. O que está no Programa de Estabilidade e Crescimento é um valor de referência de aumento dos salários de tabela de 2%. Ora, se tivermos em consideração que, em cima desse valor de referência, há o chamado *wage drift*, podemos, pelo menos, garantir uma coisa: de acordo com o cenário traçado, até iremos ter sempre, embora em pequenas doses, aumento dos salários reais na função pública.

*Risos do PSD, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — Tem de me explicar isso!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço silêncio, para podermos ouvir também a mensagem do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tal como foram ouvidas todas as outras mensagens.

Faça o favor de prosseguir, Sr. Ministro.

**O Orador:** — Estava eu a concluir que, se somarmos aos 2% do valor de referência de aumento dos salários o chamado *wage drift*, que sempre sucede, teremos sempre, ao longo de todo o período, aumentos dos salários reais na função pública, embora pequenos.

Outro esclarecimento que quero dar é técnico e é importante para a leitura do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O que está no quadro 3.2, página 49 do Programa — e é preciso ler o título do quadro —, é «Efeitos Directos (...), ou seja, não são os efeitos finais mas os efeitos directos do aumento dos impostos. E, obviamente, depois, esses efeitos directos entram no modelo e os quadros 4.5 e 4.2 dão-nos os efeitos macroeconómicos e os efeitos do ponto de vista orçamental. Portanto, todas as medidas de política que estão no quadro 3.2 da página 49 estão, depois, reflectidas nas páginas 52 e 56, nos quadros 4.2 e 4.5,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Está toda a gente a perceber...

O **Orador**: — ... o que significa que o cenário que está no quadro 4.5 não teve em conta as medidas, o modelo é que as teve em conta, e os quadros 4.5 e 4.2 já reflectem as consequências dessas medidas.

Quanto aos cenários alternativos e às previsões para 2009, quero apenas dizer que a elaboração de um programa de estabilidade obedece a regras.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quais são as medidas adicionais, Sr. Ministro?

O **Orador**: — Existe uma regulamentação do PEC, existe um código de conduta que nos obriga a respeitar um determinado período de tempo. No final deste ano, teremos de fazer uma reapreciação e, com a revisão, o Programa vai até 2010. Portanto, bom ou mau, temos de ter um cenário e previsões realizadas até 2009. É evidente que sabemos que as previsões até 2009 são sempre muito mais falíveis do que as que se fazem até ao final deste ano, mas temos de cumprir a regulamentação do PEC e o código de conduta. E os cenários alternativos estão também especificados nesse código de conduta; são aqueles e não outros e, por isso, são aqueles que têm de ser estudados.

Outro esclarecimento que quero dar tem a ver com as receitas extraordinárias. Sempre dissemos e reafirmamos que não há receitas extraordinárias que afectem défices futuros. Se introduzirmos medidas de racionalização da utilização do património e, com isso, vendermos um edifício que fica vazio, isso é, evidentemente, uma receita extraordinária de pequeno montante, mas vamos realizá-la, como é óbvio, porque o edifício não vai ficar vazio só porque não podemos ter aquela receita.

*Protestos do PSD.*

Mas é um efeito que não tem implicações nos défices futuros, é uma melhor afectação de recursos.

O que não vai acontecer são fenómenos como sejam a titularização de dívidas ao fisco ou a venda de património que está ocupado para, depois, vir a ser alugado.

*Aplausos do PS.*

Esse é o tipo de receita extraordinária que prejudica os défices futuros, com que nós estamos, aliás, neste momento, a sofrer.

Uma última observação sobre o que se sabia ou não relativamente ao défice de 2005.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Outra rábula, Sr. Ministro?

O **Orador**: — E sobre este assunto deixo apenas duas notas.

Em Janeiro de 2005, na nota de apresentação do Boletim Económico do Banco de Portugal, dizia-se «(...) se excluirmos as medidas extraordinárias, os défices de 2003 a 2005 apontam para valores em torno de 5% do PIB.». Portanto, em Janeiro de 2005, falava-se de 5% para 2005.

Ora, se lerem o texto da minha entrevista, e não o título, porque os cabeçalhos não são da minha responsabilidade, verão que o que lá é dito é que na elaboração do Orçamento para 2005 temos de partir de um valor de referência de 6,5%, ou seja, os tais 6,4% de que fala agora o Dr. Bagão Félix. Foi só isso que eu disse: quando se vai elaborar o Orçamento para 2005 tem de se partir de um valor de 6,5%, sem receitas extraordinárias. E não andei muito longe!

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — É novidade!

O **Orador**: — Hoje, pelos vistos, soubemos que o Dr. Bagão Félix, que, na altura, era Ministro, tinha um valor de 6,4%.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Só que o escondeu, e escondeu-o ao Parlamento!

**O Orador:** — A finalizar, gostaria de esclarecer que o Programa de Estabilidade e Crescimento não é um somatório de seis orçamentos, não podem estar cá todas as medidas, com todos os detalhes, dos próximos cinco anos. O PEC é um programa plurianual de política orçamental, o qual, aliás, vai ser revisado dentro de seis meses, porque as regras comunitárias obrigam a que tenha de ser revisto no final de cada ano.

Gostaria de terminar, dizendo que este Programa é, pois, um programa plurianual de política orçamental, é um programa tecnicamente bem fundamentado e desta discussão ficou claro que não existem alternativas para este conjunto coerente de medidas.

**Vozes do PCP:** — Existem, existem! Isso é que era bom!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Isso é autismo!

**O Orador:** — Além disso, o Programa de Estabilidade e Crescimento é também um programa de apoio ao crescimento.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. <sup>as</sup>s e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, está concluído o debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, tínhamos conversado, na Conferência de Líderes, sobre a possibilidade de apresentação de uma resolução no decurso deste debate. Como o debate terminou, pergunto ao Sr. Presidente se alguma resolução deu entrada na Mesa, porque nada foi distribuído à nossa bancada.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, deu entrada na Mesa um projecto de resolução e foi solicitada a sua distribuição. De qualquer modo, também havíamos convencionado que, se não houvesse consenso, a votação teria lugar no próximo período regimental de votações.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, peço desculpa, não estou a pôr em causa nada disso. Só que, como amanhã é feriado, se não for distribuído agora o projecto de resolução, quando é que dele tomamos conhecimento?

**O Sr. Presidente:** — Já foi accionado o mecanismo para que seja distribuído, Sr. Deputado. Também para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, quero apenas dizer que a Mesa anunciou, no início dos trabalhos, que esse projecto de resolução havia dado entrada e que nós próprios o entregámos, ao fim da manhã, no gabinete do Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, é verídico que o projecto foi entregue na Mesa. E os serviços têm instruções para que o distribuam.

A Mesa não procedeu à sua leitura porque não teve tempo para o fazer, mas foi entregue, foi anunciado no início da sessão e foi providenciado para que fosse distribuído. Além disso, também havia sido convencionado que, se não fosse determinado por consenso, não haveria hoje lugar à sua votação, pelo que será votado no próximo período regimental destinado a votações.

Antes de dar início às votações de hoje, anuncio o encerramento das urnas para as eleições em curso, as quais foram oportunamente anunciadas.

Agora, sim, vamos iniciar o período de votações, pelo que importa, desde já, proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

*Pausa.*

Srs. Deputados, o quadro electrónico regista 108 presenças e a Mesa regista ainda a presença de mais Srs. Deputados que assinalaram que o sistema electrónico não assegurou o controlo da sua presença.

Há, pois, manifestamente, quórum de deliberação, pelo que vamos proceder às votações.

Vamos votar, em primeiro lugar, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/X — Segunda alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 44/2004, de 3 de Março, que estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes (ALRAA).

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Srs. Deputados, esta proposta de lei baixa à 1.ª Comissão, por um prazo máximo de 15 dias, para apreciação na especialidade, visto estar a ser objecto de processo de urgência.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 70/X — Difusão da música portuguesa na rádio (PS).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos, de seguida, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 85/X — Alterações à Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro (Lei da Rádio) (CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 88/X — Altera a Lei da Rádio, aprovada pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, promovendo a difusão radiofónica da música portuguesa (BE).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 94/X — Altera a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro (Lei da Rádio) (PSD).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 97/X — Adota medidas de apoio à produção e à radiodifusão da música portuguesa (PCP).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Estes cinco projectos de lei baixam à 8.ª Comissão.

Srs. Deputados, passamos à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 8/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD.*

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 14/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção e respectivo regulamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e institui o rendimento mínimo garantido, repondo os princípios de justiça social e solidariedade para com os mais desfavorecidos (BE).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e votos contra do PSD e do CDS-PP.*

De seguida, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 96/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o Rendimento Social de Inserção (PCP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Estes três diplomas baixam à 11.ª Comissão.

Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária vai ainda dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética.

A Sr.ª **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório refere-se à assunção de mandato, nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto dos Deputados, do Deputado António Pires de Lima (CDS-PP), eleito pelo círculo eleitoral do Porto, cessando José Paulo Carvalho, com efei-

tos desde 17 de Junho de 2005, inclusive, sendo o parecer no sentido de que a assunção de mandato em causa é de admitir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação.  
Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realizar-se-á quarta-feira, dia 15, às 15 horas, e terá como ordem do dia o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 23/X — Suspende a vigência das disposições do Código de Trabalho e da sua regulamentação relativas à sobrevigência das convenções colectivas de trabalho (PCP).

*Neste momento, registaram-se manifestações de protesto de público presente nas galerias.*

Os senhores que estão a assistir à sessão sabem que não podem manifestar-se! Peço aos Srs. Agentes da autoridade que evacuem as galerias.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho  
António José Martins Seguro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Apolinário Nunes Portada  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Susana de Fátima Carvalho Amador

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Socialista (PS):

Maria José Guerra Gamboa Campos  
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão

Partido Social Democrata (PSD):

Arménio dos Santos  
Ricardo Jorge Olímpio Martins

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
Fernando Manuel dos Santos Gomes  
João Barroso Soares  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Irene Marques Veloso  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo  
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva  
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos  
José de Almeida Cesário  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
Manuel Joaquim Dias Loureiro  
Mário Patinha Antão  
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL